

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

NADIA REGIA ALMEIDA COUTO

**EDUCAÇÃO, IMPRENSA E MODERNIZAÇÃO: UM ESTUDO
HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO JORNALISTA NO BRASIL**

CRICIÚMA, FEVEREIRO DE 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NADIA REGIA ALMEIDA COUTO

**EDUCAÇÃO, IMPRENSA E MODERNIZAÇÃO: UM ESTUDO
HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO JORNALISTA NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Diretoria de Pós-graduação da
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para a
obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Celdon Fritzen

CRICIÚMA, FEVEREIRO DE 2007

Dedico este trabalho aos meus pais, Olinto (in memoriam) e Zuleika, que, apesar do pouco acesso à educação formal, em decorrência dos percalços da vida, sempre compreenderam a importância da formação superior.

Ao meu filho Luca, meu melhor amigo.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Celdon Fritzen, pelo interesse e alto nível de exigência, que demandou um “esforço hercúleo” nos caminhos da pesquisa.

A todos os professores do PPGE, pelo comprometimento com nossa formação.

Às amigas e colegas de mestrado Isabel, Lenita, Ana e Lourdes, por dividirem as angústias inerentes ao processo.

Aos colegas e amigos da Assessoria de Imprensa da Unesc, Janete, Zeca e Taíse, pelo carinho e solidariedade.

Ao meu namorado, Fabrício Machado, por entender minhas ausências.

Aos meus irmãos, Neusa, Nilson, Nilton e Nelson, por torcerem e acreditarem em mim.

A Nei Manique, pela amizade e apoio permanente.

Agradeço à Biblioteca Bastos Tigre, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por ter remetido o documento do I Congresso Nacional dos Jornalistas, de 1918, e pela doação à Biblioteca Central Professor Eurico Back, da Unesc, de obras sobre a história do primeiro curso de Jornalismo no Brasil, tão essenciais à minha pesquisa.

“Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento” (Immanuel Kant).

RESUMO

A formação do jornalista é o objeto deste trabalho de pesquisa, com o objetivo principal de verificar em que circunstâncias foi necessária a criação do primeiro curso de Jornalismo no Brasil, efetivado em 1947, em São Paulo. Também são objetivos do estudo revisitar o percurso histórico da imprensa no mundo e especialmente no Brasil e abordar a participação dos homens de letras na produção jornalística nos princípios da modernização brasileira, suas reações às mudanças nos modos de produção e sua posição em relação à imprensa e à formação social. Analisamos ainda o tipo de educação proposto pelos precursores do curso de Jornalismo no Brasil. A pesquisa é embasada em pesquisa bibliográfica e documental, com dois focos centrais: a modernização da imprensa e o papel de formação social inerente ao fazer jornalístico. O primeiro foi determinante para a necessidade de formação específica do jornalista, enquanto o segundo permeia os debates sobre o exercício da profissão. Desde a criação do curso, uma discussão constante é o tipo de formação a ser oferecida. De um lado há os que defendem a educação humanista, que priorize as questões filosóficas envolvidas na área. De outro, os que preferem a formação prática, ou que prepare tecnicamente para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Modernização. Formação. Jornalismo. Emancipação.

ABSTRACT

The object of the present study is the professional formation of journalists, with the main objective of verifying the circumstances that were deemed necessary to launch the first journalism course in Brazil, which started in 1947 in São Paulo. As further objectives, this study seeks to revisit the history of the media in the world, especially in Brazil, and to approach the participation of the 'men of letters' in the journalism production at the onset of the Brazilian modernization, the reactions against the changes in the ways of production, and the position as regards the media and the social formation. The present investigation also analyses the kind of education proposed by the founders of the journalism courses. This study is supported by literature review and documental research with two main focuses: the modernization of the media and the role of the social formation, which is essential to the field of journalism. The former was crucial to the need of specific professional formation of journalists, whereas the latter penetrates the debates regarding the journalist's duties. Furthermore, the kind of professional formation to be offered has been a debatable issue since the launching of the undergraduate courses in journalism. For one, there has been some who defend the humanistic education, which gives priority to the philosophic issues surrounding the area. For another, there has been those who prefer the practice, or which technically prepares for the workfield.

Key words: Modernization, professional formation, journalism, emancipation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 UM HISTÓRICO DA IMPRENSA: A FUNÇÃO EDUCATIVA E O JORNAL EMPRESA.....	14
2.1 A Imprensa no Cenário Mundial	14
2.2 A Imprensa no Século das Luzes	17
2.3 Formação Social	21
2.4 A Imprensa no Cenário Brasileiro	25
2.4.1 A primeira fase	26
2.4.2 A Profissionalização da Imprensa	31
2.4.2.1 A Modernização do Rio de Janeiro	31
2.4.2.2 O Jornal-empresa	36
3 JORNALISMO E LITERATURA.....	41
3.1 Caminhos cruzados	42
3.2 João do Rio, o <i>flâneur</i> do século XX	48
3.2.1 O Momento Literário	51
3.3 Lima Barreto e a literatura engajada	58
3.3.1 Recordações do Escrivão Isaías Caminha	60
4 A GÊNESE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO JORNALISTA.....	68
4.1 Antecedentes históricos	69
4.2 Memória da criação da Escola de Jornalismo no Brasil	71
4.3 Formação humanista x formação técnica	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

A necessidade ou não de formação específica para o exercício da profissão de jornalista é um debate atual na área da Comunicação. Em outubro de 2001, por exemplo, a juíza Carla Rister, de São Paulo, deu parecer favorável à não-obrigatoriedade do diploma para atuar na área.

O principal argumento da magistrada foi a liberdade de expressão. Ela sustentou que o decreto-lei 972/69, que regulamenta a profissão de jornalista, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo V, inciso XIV, que trata da liberdade de profissão. “Ademais, estaria a haver ofensa ao art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992, que garante a liberdade de pensamento e de expressão”, ressalta a juíza em seu parecer.

Alguns dias após o parecer da juíza Carla Rister a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo divulgaram nota oficial em que contestam a posição adotada:

Desde o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918, no Rio de Janeiro, quando pela primeira vez reivindicaram o estabelecimento de um curso específico de nível superior para a profissão, os jornalistas brasileiros vêm lutando pelo direito a uma regulamentação que garanta o mínimo de qualificação profissional àqueles que pretendam trabalhar como jornalistas (FENAJ, 2001).

O argumento dos representantes da categoria gira em torno de um direito garantido na Constituição Federal, no artigo 5º, Inciso XIII. “No Inciso XIII está escrito que ‘é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a

lei estabelecer’, o que garante de forma inequívoca nossa regulamentação”, afirmaram os jornalistas.

Eles também ressaltaram que a juíza confundiu a liberdade de expressão e a censura com o direito de os jornalistas terem uma regulamentação profissional que exija o mínimo de qualificação. “A regulamentação, em seu formato atual, é fundamental para garantir o direito à informação qualificada, ética, democrática e cidadã para toda a população”, diz o documento.

Quatro anos depois, a FENAJ conseguiu reverter a decisão, mas alguns meses após novo recurso provocou a retomada da discussão judicial, que permanece até este momento.

Episódio como esse é significativo do papel que a imprensa assume na sociedade moderna como baluarte da liberdade de expressão e o dilema que cerca esse segmento acerca da necessidade ou não de formação específica para o uso da palavra pública, palavra que cumpriria o papel não só de informar sobre a realidade, mas de problematizá-la com o objetivo de esclarecer os leitores, contribuindo com o seu posicionamento na arena de debates da sociedade republicana.

Diante deste quadro, interessou-nos pesquisar as condições que propiciaram a emergência desse debate. Delimitamos como problema de pesquisa abordar as circunstâncias históricas que constituíram a necessidade de formação específica do jornalista no Brasil.

Dado que o objetivo geral dessa pesquisa é dar desenvolvimento à questão proposta acima, acreditamos que um dos primeiros passos dessa investigação é compreender em que condições se deu a gênese da imprensa no mundo moderno. Para isso, gostaríamos de enfatizar especialmente o significado que ela assumiu no Século das Luzes e aspectos que caracterizaram sua implementação aqui no Brasil, durante o século XIX. Queremos principalmente discutir que exigências necessitavam ser atendidas para poder escrever em jornais e que papel se esperava da imprensa como veículo de formação social.

No que se refere à implantação da imprensa no Brasil, nos propomos a dar visibilidade ao período entre o final do século XIX e meados do século XX (de 1880 a 1950) - esclarecendo que a modernização foi intensificada a partir da luta pela Proclamação da República, por isso a ênfase na década de 1880. Outro objetivo é abordar a participação dos homens de letras na produção jornalística nos princípios da modernização brasileira, suas reações às mudanças nos modos de produção e sua posição em relação à imprensa e à formação social. Pretendemos analisar ainda o tipo de educação proposta pelos precursores do curso de Jornalismo no Brasil.

Refazendo o percurso histórico e observando as transformações provocadas pela modernização técnica do fazer da imprensa no Brasil, é destacável a substituição, no fim do século XIX, da imprensa artesanal pela imprensa industrial. A evolução técnica foi significativa na indústria gráfica, com o desenvolvimento de linotipos e impressoras. As primeiras máquinas de escrever surgiram no início do século XX, em 1912, substituindo as canetas com pena bico-de-pato.

Jornais e revistas tendem a se consolidar como empresas, diversificando atividades e introduzindo ininterruptamente alterações de qualidade. Isso ocorre nas décadas de 1920, 30, 40, mas é na de 50 que importantes reformas que abrangem formato, composição, impressão, papel e conteúdo vão dar respostas práticas às exigências da sociedade (BAHIA, 1990, p. 128).

A afirmação de Bahia ilustra a intensificação da produção industrial, e conseqüentemente as novas exigências com relação aos profissionais que atuavam na área, a partir da II Guerra Mundial. Esse desenvolvimento foi observado no mundo em todas as áreas, não apenas no jornalismo.

As mudanças na parte gráfica trazem também alterações na área editorial dos jornais, principalmente a partir de 1920. Até esse período predominava a linguagem literária, que começou a sofrer alterações, com a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo; a inserção da entrevista, em lugar do artigo político; o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, entre eles os policiais e os esportivos.

Ora, se o desenvolvimento da imprensa no Brasil é marcado em sua primeira fase pela característica artesanal, nele ressalta-se, pois, o predomínio da opinião, em detrimento da informação. Essa etapa estendeu-se pelo século XIX, e uma das principais características era o alinhamento político por parte dos jornais, ou seja, os veículos expressavam sua posição. Mas também se deve observar que nessa fase, no período entre 1850 (com intensificação em 1880) e 1950, os escritores ocupavam o espaço da produção jornalística, pois não era necessária a formação especializada para o exercício da profissão.

Essa transição – no início do século XX, em que começa a emergir a informação, em detrimento da opinião – exigirá não só que os escritores produzam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito, e ampliem a redação de reportagens, entrevistas e notícias. Ela também provocará, não sem polêmicas acerca do papel do homem de letras e da imprensa na formação social brasileira, o afastamento gradativo dos escritores da atividade jornalística regular.

Vê-se, pois, que em função das exigências do modo de produção capitalista há uma reconfiguração do papel do profissional da área. As modificações técnicas que possibilitaram a transformação dos jornais em empresas trariam em seu bojo a exigência de profissionalização dos atores envolvidos na produção jornalística, o que teria culminado na discussão da necessidade de

criação do primeiro curso de Jornalismo no Brasil, que tem origem no início do século XX e acabou se concretizando em 1947, em São Paulo.

O estudo embasou-se em fontes bibliográficas, privilegiando a pesquisa básica de natureza histórica e documental. Para avaliar a proposta de formação dos precursores do curso de Jornalismo foi analisado o documento do I Congresso Nacional dos Jornalistas, promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no ano de 1918, em que um dos pontos discutidos foi a criação do curso de Jornalismo do Brasil, e os dados sobre o primeiro curso efetivamente instalado, em 1947, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, em convênio com a Fundação Cásper Líbero. Outro ponto presente desde a gênese do ensino de Jornalismo no Brasil é a discussão sobre o tipo de formação a ser oferecida, com prioridade às questões filosóficas ou técnicas.

Para verificar a posição dos homens de letras - que, como foi dito, ocupavam o espaço da produção jornalística - às mudanças provocadas pela modernização na imprensa e ainda ao papel da imprensa na formação da opinião pública, foram abordadas duas obras. A primeira é *O Momento Literário*, de João do Rio, um consagrado escritor e jornalista do início do século XX. Publicado em 1907, o livro apresenta uma enquete com vários escritores sobre as relações entre jornalismo e literatura. A outra obra escolhida é *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto - considerada por muitos como autobiográfica -, que retrata o cotidiano de um jornal diário.

O estudo está dividido em cinco etapas, sendo a primeira e a última a Introdução e as Considerações Finais. A segunda aborda a história da imprensa no Brasil, incluindo uma breve revisão histórica dessa mídia no mundo e os primórdios no Brasil, além da profissionalização da imprensa, período mais relevante para nossa pesquisa. A terceira parte enfoca as relações entre Jornalismo e Literatura, com um esboço histórico acerca da participação dos escritores nas

redações de jornais. Nessa fase também são abordadas as duas obras citadas anteriormente, que ilustram o panorama estudado: *O Momento Literário e Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Na quarta etapa do trabalho a ênfase é a formação do jornalista, com sua gênese, a partir do esforço da Associação Brasileira de Imprensa, e também com foco no primeiro curso efetivamente implantado em 1947, na PUC-SP. Optamos por essa distribuição na estrutura da pesquisa por acreditar que contempla nossos objetivos de desenvolver um estudo histórico da formação do jornalista no Brasil articulado à modernização da imprensa, envolvendo as relações entre jornalismo e literatura e culminando com a criação do primeiro curso da área no Brasil.

2 UM HISTÓRICO DA IMPRENSA: A FUNÇÃO EDUCATIVA E O JORNAL-EMPRESA

Nesta etapa nos propomos a abordar a historicidade da imprensa no mundo e no Brasil, envolvendo dois aspectos: a função social do jornalismo na formação da opinião pública e a evolução técnica advinda da industrialização. Tais aspectos vão se articular não raro tensamente na modernidade e culminarão, veremos, na profissionalização da área jornalística e na discussão acerca da necessidade de formação especializada.

2.1 A Imprensa no Cenário Mundial

É relevante realizar uma breve revisão histórica da imprensa no mundo, uma vez que o desenvolvimento do jornalismo tem estreita relação com o avanço capitalista. Além disso, no Brasil a prática jornalística sofreu influência externa, seja na linguagem, seja na questão do aparato técnico, com a importação de máquinas de impressão, como veremos mais adiante.

A era do jornal moderno foi inaugurada com a invenção da prensa de impressão por Johann Gutenberg, em meados do século XV, o que possibilitaria a produção em massa da

palavra impressa. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a imprensa encontrou as condições para se desenvolver em todo o mundo.

No final do século XV circulavam pelas cidades da Alemanha boletins em manuscritos. No século XVI, na Itália, circulavam correspondências manuscritas, conhecidas como *avvisi*, produzidas por noticiaristas (os *menanti*) a pedido de príncipes e negociantes. No mesmo período surgem as *gazettas*, que relatavam acontecimentos como batalhas, festas e cerimônias fúnebres da nobreza, os *canards*, na França, com acontecimentos extraordinários, como fatos sobrenaturais, crimes e catástrofes, e os *libelos*, de cunho opinativo, com polêmicas religiosas e políticas (GUERRA, 2003).

Os jornais começaram a surgir como publicações periódicas e freqüentes na primeira metade do século XVII. A mais antiga tradição da imprensa no mundo é a Alemanha, berço de Gutenberg (1393-1468). Segundo Amaral (1978, p. 201), “o primeiro jornal diário a circular foi, talvez, *Leipziger Zeitung*, em 1660”.

A imprensa alemã viveu momentos de rigorosa censura ou de intensa liberdade. Um dos momentos mais difíceis de repressão ocorreu a partir de 1934, com a ascensão de Hitler ao poder, quando a imprensa foi posta a serviço do nacional-socialismo. “Todos os meios de divulgação da época transformaram-se em verdadeira máquina de propaganda nazista. Sob a alegação de que o jornal não pode ser, simplesmente, mercadoria, mas elemento de cultura nacional, Hitler suprimiu por inteiro a liberdade” (AMARAL, 1978, p. 201).

Em 1844, a invenção do telégrafo intensificou o desenvolvimento da imprensa escrita, devido à agilidade da transmissão das informações, o que provocou o aparecimento de jornais no mundo inteiro.

No Japão, o primeiro diário chegou em 1870, o *Yokohoma Mainichi Shimbun*. De acordo com Amaral (1978, p. 201), “a imprensa japonesa impressiona por suas tiragens

fantásticas”. Os jornais japoneses são muito desenvolvidos tecnicamente, e entre as principais características da área naquele país está a ampla liberdade de imprensa garantida pela Constituição, a obediência voluntária ao Código de Ética da Associação dos Editores e Redatores, rara vinculação partidária, o elevado número de assinantes e a exigência de título universitário a todos os jornalistas.

Na Inglaterra, a imprensa surgiu antes, em março de 1702, com o *Daily Courant*, o primeiro diário daquele país. Segundo Amaral (1978), a pequena extensão do país, além da importância econômica, política e social de Londres, facilita a difusão de jornais de alcance nacional.

Na França a história da imprensa pode ser dividida em três etapas, de acordo com Amaral (1978 p. 207-209): antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), época de expansão dos jornais franceses; durante a ocupação alemã, “quando o governo decidiu estabelecer a censura militar e obrigar a publicação de outros textos em substituição aos censurados, a fim de não alarmar o público com os espaços em branco”, e após a liberação, que representou uma mudança radical na imprensa francesa.

As medidas ditadas, e complementadas por decretos subsequentes, determinavam a eliminação dos maus guias da opinião que, voluntariamente ou não, colaboraram com o inimigo. As disposições foram de três categorias: supressão dos títulos de todos os jornais surgidos durante a ocupação; obrigação de nova carteira profissional para todos os diretores de jornais, e seqüestro dos bens, sobretudo das impressoras, pertencentes aos jornais surgidos durante a ocupação (AMARAL, 1978, p. 209).

Os Estados Unidos conheceram o primeiro jornal em 1704, na colônia de Plymouth, mas a colônia da Baía de Massachussets, que se estabeleceu perto de Boston, “estava destinada a ser o berço do jornalismo americano”, segundo Emery (1965, p. 39). Em 1690, o impressor exilado Benjamin Harris lançou o *Publick Occurrences, Both Forreign and Domestick* (Fatos Públicos, Locais e Estrangeiros). O jornal tinha quatro páginas, mas a última vinha em branco,

para o leitor acrescentar suas próprias informações antes de passá-lo adiante, o que é curioso, se considerarmos os dias atuais. O jornal foi suspenso depois do primeiro número, mediante decreto de censura de Massachussets, por isso Emery não o considera o primeiro periódico dos Estados Unidos.

Apenas quatorze anos depois surgiu outro jornal nas colônias, que foi o único durante quinze anos e tinha que ser submetido à censura. Mesmo assim, Emery (1965, p. 53) considera o *Boston News-Letter* (O Correio de Boston), do agente postal John Campbell, lançado a 24 de abril de 1704, “o primeiro e autêntico jornal americano”.

Segundo o autor, o desenvolvimento do comércio desempenhou um papel importante no surgimento do primeiro jornal e de outras publicações. A modernização da imprensa norte-americana começou em meados do século XIX, semelhante ao Brasil, portanto. No final daquele período, “toda a atenção se concentrava no repórter” (EMERY, 1965, p. 419).

Não se pode abordar a imprensa norte-americana sem mencionar o empresário e jornalista Joseph Pulitzer, húngaro naturalizado americano que iniciou sua carreira editorial em 1883, quando adquiriu o jornal *World* em Nova Iorque, por 346 mil dólares. Doze anos depois o jornal estava avaliado em 10 milhões de dólares e instalado num edifício de 2,5 milhões de dólares, com 1300 funcionários. Anos mais tarde, em 1917, seis anos após sua morte, Pulitzer se tornaria o nome de um prêmio importante na área jornalística. Ele manifestou em vida sua vontade de criar uma recompensa que estimulasse o jornalismo e as artes, e hoje o Prêmio Pulitzer premia as melhores produções nas áreas de jornalismo, fotografia, música, teatro e literatura.

2.2 A Imprensa no Século das Luzes

Vê-se que desde o século XV a invenção de Gutenberg cada vez mais ganhou presença na sociedade moderna. Ao longo do tempo a imprensa tornou-se um dos caminhos fundamentais para a produção, transmissão e circulação do conhecimento.

Vinculado a isso, também a perspectiva de liberdade de expressão que caracteriza o ideal das democracias contemporâneas. Porém, é um determinado momento da história moderna o ponto de maior importância para a cristalização da imprensa no cotidiano de nossas vidas. É no Século das Luzes que o ideário que hoje reconhecemos vinculado às funções da imprensa se consubstanciou. Os ideais iluministas colaboraram na concepção de imprensa como meio para questionar direitos, justiça e verdade histórica (SUZINA, 2002).

Movimento cultural e intelectual situado nos séculos XVII e XVIII, o Iluminismo defendia a emancipação do homem por meio do uso da razão. Era ela que permitiria discutir a totalidade dos problemas visando ao seu equacionamento.

Segundo Abbagnano (2000, p. 535), essa linha filosófica compreende três aspectos diferentes e conexos: a crítica à religião e à metafísica, com o intuito de libertar o homem de seus medos e preconceitos gerados pela superstição ou por uma racionalidade abstrata; a valorização da autocrítica, para que inclua e organize os instrumentos para sua própria correção, num processo constante de verificação dos métodos adotados na produção do conhecimento; e a busca do progresso, com o fim de melhorar a vida privada e social dos homens por meio do desenvolvimento de um poder sempre maior no domínio da natureza.

O cerne, no entendimento de Kant, era a liberdade de pensamento e de decisão (a Ilustração, ou *Aufklärung*), com base na idéia de sair da menoridade para a maioridade.

Esclarecimento [“*Aufklärung*”] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento

sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [“Aufklärung”] (KANT, 1985, p. 100).

A razão iluminista é a emancipação da tutela do outro, mas não apenas do outro humano. O triunfo deve ser completo: sobre Deus, sobre a natureza e sobre o homem (as formas sociais opressoras), ou seja, há um projeto emancipatório em todos os sentidos. De acordo com Brugger (1969, p. 223), “a causa do Iluminismo foi o prurido de liberdade que a razão sentiu, quando os povos ocidentais chegaram à maioria e, devido aos êxitos da ciência natural, se lhes desvelou a consciência de si mesmos”.

O movimento trouxe consigo grandes avanços que, juntamente com a Revolução Industrial, abriram espaço para a profunda mudança política determinada pela Revolução Francesa, sob o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade.

Guerra (2003) aponta os três pilares do programa iluminista: individualidade, razão e emancipação. Eles formam a base de uma série de transformações ocorridas na Europa, que realizam uma revolução cultural no velho mundo. O comércio e a indústria, conduzidos pelas novas elites burguesas, conquistam espaço, em detrimento da atividade agrária. Os regimes absolutistas são superados pelas democracias liberais. Na ciência, os avanços do conhecimento nas áreas de exatas e da natureza impulsionam o desenvolvimento tecnológico.

De acordo com o autor, as grandes matrizes de pensamento que vão estar na base da formação da atividade jornalística são produzidas nesse ambiente de grande efervescência cultural. “A liberdade de expressão, por exemplo, que até então era objeto de sérias restrições por parte ora das monarquias ora da igreja, será um direito inalienável quando o liberalismo torna-se a força política e econômica hegemônica” (GUERRA, 2003).

Essa liberdade preconizada pelo Iluminismo e pela Modernidade, porém, é a liberdade individual. Na passagem da Idade Média para a Modernidade, é abandonada a idéia de comunidade, de povo de Deus, substituída pela idéia de individualidade e subjetividade. O indivíduo e seus direitos são o fundamento do esforço de emancipação.

O movimento iluminista é o berço do liberalismo clássico, que defende a liberdade individual mediante o exercício dos direitos e da lei e rejeita os sistemas políticos anteriores, como o direito divino dos reis (totalitarismo), a hereditariedade e o sistema de religião oficial de regime político. Ou seja, o movimento opunha-se à monarquia absoluta, ao mercantilismo e às diversas formas de ortodoxia religiosa e clericalismo.

No tocante à educação, segundo Cambi (1999, p. 336),

é através da difusão das *Lumières*, da *Aufklärung*, do Iluminismo que a pedagogia se afirma como um dos grandes centros motores da vida social e das estratégias da sua transformação. São os iluministas, de fato, que delineiam uma renovação dos fins da educação, bem como dos métodos e depois das instituições, em primeiro lugar da escola, que deve reorganizar-se sobre bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno (mais livre, mais ativo, mais responsável na sociedade) e nutridos de “espírito burguês” (utilitário e científico).

Nessa perspectiva, era também por meio da imprensa que se construía a dimensão da opinião pública, espaço que permitia fazer circular as falas que as instituições do Antigo Regime impossibilitavam. Como a *ágora* grega, a imprensa dava a oportunidade de debater, aos cidadãos que dela participavam, a *res pública*, acrescida do diferencial de, no Século das Luzes, ela ser o divulgador do germe da revolução. Por meio da imprensa, Voltaire, Diderot, Mirabeau, entre outros, punham em questão a organização social estruturada pela nobreza e o clero e faziam os ideais e modo de vida burgueses ganharem expressão.

O principal veículo de comunicação no Século das Luzes foi o panfleto, considerado uma publicação democrática, pois atingia tanto o salão do aristocrata como a taverna operária e o café do literato. “Eram de baixo custo, fáceis de serem transportados e escondidos, e geralmente eram escritos em linguagem sintética e objetiva, que depois veio a ser a escrita comum de quase toda a imprensa moderna” (Schilling, 2006). Devido ao alto índice de analfabetismo, esses panfletos eram lidos em público. Voltaire utilizou-os para a difusão de suas campanhas, como pela introdução do teatro em Genebra, por exemplo.

No entanto, cabe lembrar que, apesar dessa defesa do papel emancipador da imprensa construída pelo Iluminismo, ela, mesmo no Século das Luzes, prestava um papel nem sempre convergente. Basta lembrar como a imprensa também se tornou um veículo para a difusão e preservação do *status quo* do antigo regime. Para citar apenas dois exemplos, apontamos os filósofos e escritores franceses Joseph de Maistre (1754-1821) e Louis de Bonald (1754-1840).

Eles foram ideólogos do conservadorismo, atacaram os princípios anticatólicos da sociedade burguesa e postulavam uma soberania absoluta para a Igreja, na busca de uma única identidade católica. Maistre e Bonald cultivavam o pensamento medieval. Admiravam a estabilidade, a hierarquia social e as instituições religiosas e aristocráticas do feudalismo e, por outro, combatiam com fervor as idéias iluministas que teriam provocado, segundo eles, o “trágico e nefasto” acontecimento do final do século XVIII – a Revolução Francesa (Gaeta, 2006).

2.3 Formação Social

Se no Século das Luzes é possível verificar as contradições que alimentavam a imprensa, um veículo usado tanto para o alicerçamento da moderna sociedade liberal democrática, como também, mesmo em menor grau, para a manutenção do antigo regime, na idade contemporânea essas contradições também se manifestam. Mesmo com a ascensão da burguesia ao poder, o papel formativo defendido por esta em relação à imprensa é passível de questionamentos.

Os interesses mercantis, políticos, ideológicos, enfim, muitas vezes podem contrariar o papel emancipador que estaria no cerne das posições dos filósofos iluministas. Essa contradição entre o jornal-empresa e a função educativa pode ser encontrada no debate que permeia o discurso de vários autores contemporâneos que tratam do jornalismo.

Segundo Fonseca (2004), historicamente o jornalismo é uma prática social que constitui um dos elementos de formação da opinião pública. De acordo com a referida autora, “dos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, o jornalismo herdou o papel de mediador, de intérprete dos fatos/eventos/fenômenos da atualidade considerados relevantes” (FONSECA, 2004).

Beltrão (1992, p. 67) conceitua jornalismo como “a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”. O autor (1980, p. 22) qualifica a opinião pública como “entidade misteriosa”, e a define como a consciência coletiva dos fatos históricos. Para Beltrão (1980, p. 30), “a função jornalística é também educativa, quando fornece os dados objetivos que aclarem a opinião pública, permitindo à comunidade agir com discernimento na busca do progresso, da paz e da ordem justa”.

Kotscho (1986, p. 8) pensa o jornalismo de um modo emancipatório, visto como agente transformador. “Ser repórter é bem mais do que simplesmente cultivar belas-letas, se o profissional entender que sua tarefa não se limita a produzir notícias segundo alguma fórmula ‘científica’, mas é a arte de informar para transformar”. Pode-se depreender que, na visão de Kotscho, os conhecimentos técnicos necessários para o exercício da profissão são menos relevantes que o papel social inerente a ela.

Lage (2001, p. 19) também acredita que o jornalismo pode contribuir com a formação social.

É erro crasso exagerar o papel do jornalismo como ditador da opinião pública, mas tornou-se axioma do ofício – algo que nós, jornalistas, consideramos auto-evidente – a convicção de que ele contribui positivamente quando exercido de maneira correta. Isto significa que o jornalismo progressista não é aquele que seleciona apenas discursos tidos como avançados em dado momento, mas o que registra com amplitude e honestidade fatos e idéias de seu tempo.

Lage se refere ao ideal preconizado pelos profissionais de imprensa, de que os jornalistas representam os olhos da sociedade, que zelam pelo bem coletivo. No contraponto, as empresas de comunicação, por serem produto do sistema capitalista, são empreendimentos que vendem notícias.

Embora a opinião de vários autores, como vimos anteriormente, possam coadunar-se, também há vozes dissonantes, como Amaral. Embora aponte a função educativa da imprensa, ele ressalta as características do modelo capitalista. Conforme este autor (1978, p. 23), como uma empresa tem o dever primordial de lutar por sua própria sobrevivência, “a função educativa só pode, assim, ser cumprida, após o equilíbrio do balanço comercial”. Para este autor, portanto, os interesses comerciais das empresas de comunicação se sobrepõem à formação social.

Em relação a esse problema, também podemos lembrar dos teóricos da Escola de Frankfurt, um dos primeiros grupos a analisar as práticas e os efeitos dos meios de comunicação modernos na sociedade capitalista. A Escola de Frankfurt foi criada a partir do Instituto de Pesquisa Social, que surgiu no início da década de 1920, vinculado à Universidade de Frankfurt, na Alemanha. Esses teóricos abordam os meios de comunicação na categoria da indústria cultural, entendida como a produção cultural dirigida para o consumo das massas, de forma pré-estabelecida pelo poder econômico. Adorno e Horkheimer substituíram o termo cultura de massas por indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Eles consideram os produtos culturais como mercadorias. A cultura é vista como um produto a ser consumido, não como instrumento de crítica, expressão ou conhecimento, mas como manipulação e alienação. Em princípio, eles incluíam na indústria cultural principalmente o cinema e o rádio, mas também podem ser considerados os meios de comunicação como um todo (tv, jornal).

O efeito global da indústria cultural é de um antiiluminismo. Nela o Iluminismo, como Horkheimer e eu tomamos o progressivo domínio técnico da natureza, torna-se engano das massas, meio para sujeitar as consciências. Impede a formação dos indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente (ADORNO, 1963).

Para esses teóricos, os meios de comunicação de massa manipulam a opinião pública, e impedem a formação de indivíduos autônomos, independentes. E a principal tarefa da indústria cultural é pedagógica, no sentido de semiformação do pensamento, de produção de necessidades, por isso a comunicação é tão importante. A semiformação não produz a abertura para a diferença, para a individualidade, no sentido de que a indústria cultural provoca uma homogeneização dos modos de pensar, de se comportar, de agir.

Mesmo assim, de maneira mais abrangente, os frankfurtianos apostam na reconstrução do indivíduo, e nesse sentido retomam o iluminismo, em seu conceito de emancipação, de autonomia. Para eles, o homem é produto e produtor da História.

O crítico alemão Walter Benjamin, um dos expoentes da Escola de Frankfurt, é considerado mais otimista que Adorno, por entender que “os meios de comunicação não eram meros instrumentos de manipulação e consumo, mas poderiam se tornar meios de produção socializados” (SANTOS, 2002, p. 61-62). Benjamin vivenciou o papel de formação social atribuído à imprensa como crítico jornalista, incluindo uma experiência em rádio. De acordo com Bolle (2000, p. 245),

Até o início dos anos 1980, Benjamin era visto pela crítica essencialmente como um teórico, sobretudo em seu relacionamento com Brecht, cuja experimentação prática ele teria ajudado a comentar. (...) Uma etapa preparatória eram as atividades de Benjamin como crítico jornalista, de 1925 em diante. Nesse tempo ocorreu uma extraordinária expansão da mídia. Benjamin respondeu aos desafios apresentados pelos novos meios, com uma visão integrada das tarefas do escritor e do jornalista.

Benjamin criou uma série de programas pedagógicos para crianças e adolescentes, com reportagens sobre o mundo do trabalho, relatos sobre oprimidos, presos e perseguidos, descrições de catástrofes. O objetivo fundamental era a formação da capacidade de julgar, ou seja, a consciência crítica, que marcou a trajetória deste autor. “O ouvinte deveria aprender a discernir entre comportamento ‘errado’ e ‘certo’, ou seja, entre a obediência a apelos mitificadores do poder e uma postura que tornava transparentes as artimanhas de seus agentes” (BOLLE, 2000, p. 246).

Para Benjamin e Brecht, a função da arte na era da mídia é principalmente pedagógica. Segundo Bolle, “as tentativas de Benjamin e Brecht visavam transformar a massa amorfa em ‘público consciente’ e em ‘coletividades responsáveis’. Tal era, em termos genéricos,

o horizonte de expectativa e a intenção pedagógica dos dois autores e de seus colegas mais próximos” (BOLLE, 2000, p. 247).

Genro Filho (1987, p. 27) partilha dessa idéia. Para este autor, o jornalismo desenvolveu-se no bojo do avanço capitalista, e desta forma não pode ser desvinculado dos interesses da burguesia, no entanto não pode se limitar a esse fator. “A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes”.

O autor sugere a criação de uma teoria do jornalismo, propondo uma reflexão sobre o significado político e social da atividade e compreendendo-a como fenômeno histórico social concreto e passível de discussão como produto da sociedade burguesa, na perspectiva do materialismo histórico. Ao lado das ciências e das artes, Genro Filho entende o jornalismo como uma forma de conhecimento do mundo. Em outras palavras, o autor dispõe-se a ir além da crítica da Escola de Frankfurt, que se limita a enxergar o jornalismo como reflexo da indústria cultural, acreditando na ação desalienadora, crítica e pensante que ele, produzido como forma de conhecimento, pode efetuar junto ao público.

2.4 A Imprensa no Cenário Brasileiro

Após essa discussão sobre as posições controversas acerca do papel emancipador ou não da imprensa, estruturada predominantemente no mundo moderno como empresa capitalista, gostaríamos de estudar mais particularmente nesse momento o caso do Brasil. Para analisar a trajetória da imprensa no Brasil, optamos por selecionar os aspectos mais significativos da primeira etapa dessa história, como os dois jornais que disputam a condição de primeiro

periódico do País, a imprensa áulica (subordinada à Corte), e o processo da Independência, que criou as condições políticas para o desenvolvimento da imprensa.

Na segunda etapa, a profissionalização da imprensa, iniciamos pela contextualização da época, em que o Rio de Janeiro vivenciou um intenso processo de urbanização, a partir da Proclamação da República (1889), para culminar com o jornal-empresa, que deu os primeiros passos na segunda metade do século XIX e se concretizou no final daquela centúria.

Na primeira fase o jornalismo praticado no Brasil apresentava característica opinativa, e aos poucos vivenciou a alteração da linguagem, atingindo o predomínio da informação. Nas escolas de Comunicação de hoje, informação e opinião são conceituadas como gêneros jornalísticos. A primeira como “ênfase à notícia objetiva, à informação pura, imparcial, impessoal e direta” e a segunda como “o ponto de vista expresso, o juízo que se faz do assunto”, representada principalmente nos editoriais e em alguns artigos e crônicas (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 267-268).

Como dito anteriormente, para analisar esse percurso consideramos o cunho educativo na formação da opinião pública e os avanços técnicos que marcaram a evolução do jornalismo.

2.4.1 A primeira fase

A gênese da imprensa no Brasil é marcada por uma controvérsia. Enquanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* é considerada o primeiro jornal do país, inaugurado em 10 de setembro de 1808, com a instalação da Imprensa Régia, Hipólito da Costa é apontado como o patrono da imprensa brasileira, por ter iniciado três meses antes a edição do *Correio Brasiliense* em Londres, onde vivia como exilado. Seu jornal transforma-se em contraponto à imprensa oficial do Brasil

colonial, com opiniões e informações políticas, enquanto a *Gazeta* tem o perfil de um órgão de informação sobre a administração portuguesa e a movimentação social do Reino (BAHIA, 1990).

A imprensa brasileira, portanto, nasce sob o signo da censura. O jornalismo impresso surge no momento de transição do Brasil Colônia para sede do Poder Real e é exercido para asfixiar toda e qualquer manifestação livre do pensamento. Segundo Menezes (1997, p. 14), “o governo português tomava medidas para evitar o esclarecimento do povo”. O referido autor relata que a imprensa foi implantada no Brasil de maneira casual:

No atropelo da fuga de D. João VI e sua corte para o nosso país, Antônio de Araújo – futuro Conde da Barca – mandou colocar no porão do navio Medusa o material tipográfico que havia comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, que ele ocupava. O material não chegara a ser usado. No Rio, mandou montá-lo nos baixos de sua casa. Em maio de 1808 um ato real determinava que a oficina servisse de Impressão Régia, “onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço” (MENEZES, 1997, p. 15).

Retornando ao *Correio Brasiliense*, o periódico paga um preço por se antecipar à *Gazeta do Rio de Janeiro* e circular sem licença da censura: é proibido, apreendido, censurado, processado. E não somente no Brasil – em Portugal a leitura do jornal é violação da lei (BAHIA, 1990).

Sodré (1983, p. 20) considera discutível a inserção do *Correio Brasiliense* na imprensa brasileira, “menos pelo fato de ser feito no exterior, o que aconteceu muitas vezes, do que pelo fato de não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas”.

Para Sodré (1983, p. 28), este atraso da imprensa no Brasil pode estar associado à ausência do capitalismo, uma vez que:

só nos países em que o capitalismo se desenvolveu a imprensa se desenvolveu. A influência do *Correio Brasiliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. E por isso é que só por exagero se pode enquadrar o *Correio Brasiliense* no conjunto da imprensa brasileira. Quando começou a circular, com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu – clandestinidade porque proibido ou clandestinidade porque pouco lido – não se haviam gerado aqui ainda as condições para o aparecimento da imprensa.

A imprensa só começaria a se desenvolver a partir de meados do século XIX, com a aquisição de novos equipamentos técnicos. Nessa primeira fase, a ênfase recai sobre as condições políticas para o seu desenvolvimento, que ocorre mais depressa nos centros em que aquela atividade é mais intensa; demora e cresce lentamente nas províncias que se mantêm politicamente atrasadas (SODRÉ, 1983).

Nessa primeira etapa, a imprensa apresentava característica política e opinativa. Os jornais refletiam claramente o pensamento de seus proprietários, que aproveitavam o espaço para defender suas posições políticas, o que permite inferir na direção da formação da opinião pública por parte dos periódicos. Isso justifica o crescimento dos jornais, em termos numéricos, no Rio de Janeiro, capital do Império, centro dos acontecimentos políticos.

Em 1811 surge outro periódico, a *Idade de Ouro do Brasil*, na antiga capital colonial, a Bahia. O jornal, também oficialista, circulou até 1823. Essa fase da imprensa vinculada à Corte, denominada imprensa áulica, perdurou até a Independência, com vários periódicos produzidos no Brasil e também em Londres.

Com o processo da Independência, ganharam corpo as condições políticas para o desenvolvimento da imprensa, que teve papel de destaque na luta doutrinária de preparação à Independência. Sodré (1983, p. 60) aponta como exemplos *O Constitucional*, da Bahia, e o

Revérbero Constitucional Fluminense, o primeiro fechado pela ação de militares portugueses e o segundo suspenso pela ação da direita brasileira. “Alcançada a Independência, prosseguiria a luta pela liberdade”. Quando se fala em imprensa doutrinária há uma íntima ligação com a formação da opinião pública. Nesse caso, os jornais eram claros na defesa da Independência, ou seja, boa parte dos periódicos aderiu à causa.

Esse período Pós-Independência é marcado pela perseguição à imprensa, pelo aparecimento e desaparecimento de vários jornais. Nessa década de 1820 a imprensa ganha impulso e começa a alastrar-se pelo país inteiro. Um personagem destacado da época foi o baiano Cipriano Barata, que fundou o primeiro jornal republicano que circulou no Brasil. Criou as *Sentinelas*, que mudavam de nome de acordo com os lugares em que apareciam e as prisões a que era levado Barata. Editou várias *Sentinelas*, entre elas *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*; *Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* e *Sentinela da Liberdade em o Rio de Janeiro*. Nesse caso, a referência é válida por duas razões: por ter sido o primeiro jornal republicano do país e pelo fato inusitado de mudar de nome de acordo com o lugar em que era produzido.

Em 1826, foi instalada a Assembléia Geral, Senado e Câmara, o que criava condições para o reaparecimento da mídia impressa. O ano seguinte é marcado pela criação dos cursos jurídicos no Brasil (que foram inaugurados efetivamente em 1828) e também pelo impulso à imprensa, que começou a alastrar-se pelo país inteiro¹.

Esse período foi marcado pela proliferação dos pasquins, a pequena imprensa panfletária. É também nessa época que surge a caricatura. Há controvérsias com relação a datas e periódicos. Segundo Sodré (1983), a *Lanterna Mágica* foi o primeiro jornal a publicar a

¹Nesse período surge o *Diário de Porto Alegre*, em junho de 1827; o *Diário do Governo do Ceará*, em Fortaleza; em 1830 a *Matutina Meiapontense*, em Goiás; em 1831 *O Catarinense* e o *Íris Alagoense*; em 1832 *O Natalense* e o *Recompilador Sergipano*; em 1840 *O Estafeta*, no Espírito Santo.

caricatura, considerada “o primeiro sério avanço técnico na imprensa brasileira”. Por outro lado, Amaral (1978, p. 225) aponta *O Guarani* como pioneiro na caricatura, em 1837, “graças ao desenvolvimento do serviço de gravura”. Como dito anteriormente, em meados do século XIX a imprensa começou a vivenciar um período de avanço técnico.

De acordo com Sodré (1983, p.179), é possível compreender que este episódio foi uma fase intercalar em que:

(...) vagarosamente, surgem alterações específicas e técnicas, preparando a imprensa dos fins do século, quando os problemas políticos voltam a primeiro plano e empolgam novamente a escassa opinião existente: a possibilidade do jornal diário e a introdução da caricatura são os dois lados mais importantes desse momento; virão, em seguida, inovações na técnica de impressão e alterações no sistema de distribuição.

Para este autor, o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira, pela influência que exerceu na realidade política da época. Inicia a fase do jornal-empresa – pequena, de início, para chegar às proporções de grande empresa. “As inovações técnicas que se esboçam no fim da primeira metade do século XIX e definem-se na segunda metade encerram as possibilidades da imprensa artesanal” (SODRÉ, 1983, p. 180).

Aqui verifica-se a gênese da imprensa como empresa, que trará a necessidade de formação específica para os profissionais da área. Com o desenvolvimento técnico, serão necessários conhecimentos especializados para o exercício do jornalismo, uma vez que essa ascensão provocará mudanças também na linguagem.

Com o golpe da Maioridade e a supremacia da Corte, ganham impulso o latifúndio cafeeiro e o tráfico negreiro. Para os jornais, retorna o período de subserviência ao poder. A época também é marcada pela conjugação entre imprensa e literatura, com o aparecimento de nomes como Manoel Antônio de Almeida, José de Alencar, Machado de Assis. Nessa etapa surge

um dos pontos de destaque de nossa pesquisa, a integração entre jornalismo e literatura, quando os homens de letras eram os atores da produção jornalística, como veremos no capítulo três.

2.4.2 A Profissionalização da Imprensa

2.4.2.1 – A modernização do Rio de Janeiro

Para discorrer sobre a profissionalização da imprensa, entendendo-se profissionalização no sentido de transformação dos jornais em empresas, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, é importante contextualizar o período. O Rio de Janeiro, então capital federal e, portanto, centro político do país, viveu um acelerado processo de urbanização a partir da Proclamação da República, com o avanço dos transportes coletivos, o alargamento e pavimentação de ruas, os projetos de sanitização e higienização da cidade. Entre outras novidades técnico-industriais, podemos citar a ampliação da rede ferroviária, a iluminação elétrica nos teatros do Rio de Janeiro, a tração elétrica nos bondes e o surgimento da fotografia, do cinematógrafo e do fonógrafo.

Para Sevcenko, o que ocorre no Brasil é um fenômeno de expansão do capitalismo em nível mundial, que exige transformações dos veículos de comunicação que formam essa sociedade, no caso a imprensa. Este autor relaciona o quadro vivenciado no Rio de Janeiro à Revolução Tecnológica ou II Revolução Industrial, em torno de 1870, que “impôs uma dinâmica de crescimento sem precedentes ao conjunto do processo produtivo da economia capitalista européia, americana e japonesa” (SEVCENKO, 1999, p. 42).

Esse processo de modernização afetou o Brasil, a partir do Rio de Janeiro, e produziu novos hábitos na população, os quais foram contemplados pelos jornais. A chegada e

sedimentação do modo de vida burguês provocaram um novo comportamento social e cultural, e fez com que a imprensa também se modificasse, inicialmente com as questões técnicas, do novo modo de produção industrial, mas também para atender a um novo leitor, ávido por informações num cenário de agitação. Trata-se de um leitor que busca estar em sintonia com os novos valores do modo de vida burguês e que muitas vezes busca no jornal as informações que o ponham a par da vida moderna.

Se é possível encontrar reflexos da modernização na imprensa e no novo público leitor, a cidade do Rio de Janeiro é um fenômeno privilegiado para compreendermos as novas relações que a reurbanização provoca. Entrar em compasso com o progresso europeu exigia modificações profundas na estrutura da cidade, incluindo a inauguração da Avenida Central e a demolição dos antigos casarões do centro, o que provocou a instalação de hospedarias e casas de cômodos na periferia, onde as pessoas se amontoavam e dormiam em esteiras ou mesmo no chão. Aos que não podiam arcar com as despesas das casas de cômodo restavam os morros, onde surgiram as favelas.

Broca (2005, p. 38) recorda que o período foi denominado o “bota-abaixo”, e a paisagem urbana se refletia na paisagem social.

Começaria a acentuar-se um certo antagonismo entre a “cidade”, os bairros aristocráticos, de gente fina, dos supercivilizados, e o subúrbio com sua pequena burguesia, de costumes simples – antagonismo de que a obra de Lima Barreto constituiria uma admirável ilustração.

Costa e Schwarcz (2000, p. 29) ressaltam que o presidente Rodrigues Alves, que governou entre 1902 e 1906, nomeou uma equipe a quem concedeu poderes ilimitados. Assim, a modernização do porto ficaria a cargo do engenheiro Lauro Muller; o saneamento da cidade – acometida por doenças e epidemias infecciosas, como a febre amarela, a varíola e a peste

bubônica – seria responsabilidade do médico sanitarista Oswaldo Cruz, e a reforma urbana ficaria por conta do engenheiro Pereira Passos, que havia conhecido de perto a obra de Paris, empreendida pelo barão de Haussmann.

No entanto, o avanço na industrialização trouxe conseqüências negativas. A população do Rio de Janeiro cresceu 33% em 10 anos (entre 1890 e 1900), passando de 522.651 para 691.565 habitantes. De 1900 a 1920 o crescimento foi ainda mais significativo, atingindo 68%, com uma população de 1.157.873 habitantes.

Carvalho (1987) aponta entre as mudanças quantitativas, que se refletem em graves problemas sociais, o crescimento demográfico e o aumento do número de subempregados e desempregados, dificultado a partir da Abolição da Escravatura e o lançamento de mão-de-obra escrava no mercado de trabalho, além do aumento da imigração, principalmente de portugueses.

Esse panorama teve como conseqüência também a elevação da miséria, do consumo de álcool e o agravamento da delinqüência, especialmente infantil e juvenil. As Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) da atualidade tiveram origem naquele período, com a criação do Depósito Provisório de Menores, com capacidade para cinquenta crianças, mas que em pouco tempo chegou a abrigar trezentos e oitenta infantes. Outro reflexo foi o aumento do número de internamentos no Hospício Nacional: em 1889 foram registradas 77 entradas no hospício, em 1890 foram 498 e em 1898 o número subiu para 5.546 (SEVCENKO, 1999).

Foi nesse período que surgiram os movimentos populares, e 17 movimentos grevistas irromperam entre 1889 e 1906. Data também do início do século XX a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que teria papel relevante na implantação do primeiro curso de Jornalismo do Brasil, que abordaremos no capítulo quatro.

Em 1904 eclodiu um dos maiores movimentos que a cidade já viveu, quando houve vários motins, contidos violentamente pela polícia. Um dos estopins foi o episódio que ficou conhecido como A Revolta da Vacina.

O presidente Rodrigues Alves criou uma lei para tornar obrigatória a vacinação contra a varíola. O assunto mobilizou a população, que temia as conseqüências da vacina, e recebeu o apoio dos médicos homeopatas – os quais alegavam que a vacina não protegeria contra a doença – e dos positivistas. “Repetindo as idéias defendidas por Augusto Comte, os seguidores do Positivismo no Brasil afirmavam que a vacinação obrigatória era inconstitucional, pois ia contra a liberdade individual e o direito de posse que cada pessoa tem sobre o próprio corpo” (MEIHY; BERTOLLI FILHO, 1995, p. 26).

Em 31 de outubro de 1904, a lei foi aprovada, tornando a vacinação obrigatória para todo cidadão brasileiro e para os estrangeiros em visita ao país. Os trabalhos iniciariam no Rio de Janeiro, capital federal. Os positivistas e os homeopatas convocaram a população para se reunir nas praças, em protesto contra a medida. Houve embate com a polícia e a manifestação durou sete dias.

A partir da morte de uma criança, a primeira vítima do motim, o movimento espalhou-se por toda a cidade. Os revoltosos tombavam os bondes, cortavam os fios telefônicos, incendiavam prédios públicos e saqueavam casas comerciais. No final do movimento, o presidente Rodrigues Alves cancelou a lei da vacina obrigatória. Segundo Carvalho (1987, p. 138), a revolta começou em nome da legítima defesa dos direitos civis, independente da intenção real de seus promotores. “A Revolta da Vacina permanece como exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa dos direitos dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo”.

Esse período de dissolução da velha sociedade imperial e de reestruturação urbana ficou conhecido também como “Regeneração”. Nesse cenário de mudança nos modos de produção a imprensa se desenvolveu. Essa sociedade reconfigurada ampliou o número de leitores, apesar de o número de analfabetos ainda ser muito significativo na época. Conforme Veríssimo (1985, p. 47), no início da República o “iletrado brasileiro” representava 84% da população. Note-se que esse público leitor não é a massa da população, mas um segmento muito específico para o qual essa imprensa se dirigia e com o qual buscava identidade.

Carvalho (1987, p. 15-16) considera essa fase a mais turbulenta da história do Rio de Janeiro e aponta alterações qualitativas e quantitativas, com ênfase para as primeiras. Para este autor, a mudança de regime fez com que os fluminenses se envolvessem nos problemas da cidade e do país, trazendo uma “consciência nova e ampliada”, o que se refletiu na busca de notícias e na configuração de uma nova imprensa, mais voltada para a informação, para atender os temas de interesse dos leitores.

Porém, essa nova imprensa e público não necessariamente caminharam sempre no sentido da emancipação cultural do país. Sob esse aspecto, Sevcenko ressaltou o quanto os hábitos culturais também sofreram transformação, de modo a atender o estilo de vida importado de Paris. A nova sociedade condenou a serenata e a boemia, costumes tradicionais, além das festas populares como bumba-meu-boi. A imprensa assimilou e reforçou a nova configuração que parte da sociedade almejava. Essa “atitude cosmopolita desvairada”, que beira a subserviência, no nosso entendimento, é descrita com propriedade por Sevcenko (1999, p. 36/37):

Pelo menos até o fim da I Guerra Mundial, não há quem conteste a lei natural que fez de Paris “o coração do coração do mundo”. Nada a estranhar, portanto, se para se harmonizar com os jardins – símbolos de Paris – que o prefeito Passos importara para a cidade, se enchessem as novas praças e jardins com estátuas igualmente encomendadas na França ou eventualmente em outras capitais européias. O auge desse comportamento mental cosmopolita coincidiria com o início da Grande Guerra – quando as pessoas na

Avenida, ao se cruzarem, em lugar do convencional “boa-tarde” ou “boa-noite”, trocavam um “Viva a França”.

Carvalho (1987, p. 39) também se refere ao espírito francês da *belle époque*, e aponta poucas exceções, como o “mulato Lima Barreto e o caboclo Euclides da Cunha”, pois a maioria dos literatos se dedicou “a produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas estéticas voltadas para a Europa”. Lima Barreto, um dos autores que escolhemos para avaliar as reações dos homens de letras à modernização da imprensa, sempre foi um crítico contumaz dos caminhos seguidos pelo novo regime, como veremos no capítulo três.

Assim como Lima Barreto é um dos críticos dessa nova sociedade que a modernização do Rio de Janeiro produz, podemos encontrar em Walter Benjamin outra voz dissonante em relação aos que celebram o progresso, seja de que forma ele ocorra. Isso porque a realidade do Rio de Janeiro do início do século XX, com a febre de progresso desembocando em sérios problemas sociais e de saúde pública, permite uma analogia com a barbárie aludida pelo crítico alemão Walter Benjamin. O autor critica a concepção positivista, de que a história é sempre progresso, de que o desenvolvimento da técnica sempre conduz a uma civilização organizada. Para Benjamin, a técnica pode conduzir à barbárie também.

Segundo Benjamin, o materialismo histórico precisava se empenhar em “fazer explodir o continuum da história” (BENJAMIN 1994, p. 231). Ele é contrário à visão linear, que analisa o passado como uma seqüência de eventos que leva sempre ao presente e ao sucesso, ou seja, condena a visão da história como um progresso contínuo, em direção ao triunfo da humanidade. Como foi dito antes, podemos regredir à barbárie.

Em lugar de propor uma representação homogênea e contínua da história, o materialismo histórico exigia uma “atualização” do passado. Para Benjamin, deve ser contada a história efetiva, que produz mazelas, ou seja, a história dos vencidos. Para Benjamin e os

frankfurtianos, ao contar a história dos vencedores estamos produzindo a história do silenciamento. Segundo Benjamin, é necessário “escovar a história a contrapelo”, ou seja, ir contra o sentido triunfante da história, porque é um autoengano, é apenas uma parte da história (BENJAMIN, 1994, p. 225).

2.4.2.2 – O jornal empresa

Na segunda metade do século XIX os jornais também começaram a se espalhar pelo interior do País, estimulados pela dificuldade dos transportes e do serviço de Correio. Em 1870 intensifica-se a circulação de jornais republicanos, tendo como pioneiro *A República*, no Rio de Janeiro, órgão do Partido Republicano e do Clube Republicano (SODRÉ, 1983).

Esse período inaugura ainda a chegada das agências de notícias ao Brasil. Até 1874 as notícias do exterior chegavam por carta, quando a agência telegráfica Heuter-Havas instalou no Rio sua primeira sucursal. Em 1º de agosto de 1877 o *Jornal do Comércio* publicou os primeiros telegramas distribuídos por ela. A Heuter-Havas serviu à imprensa brasileira durante 71 anos, e ao fim da Segunda Guerra Mundial passou a se chamar France-Press (SODRÉ, 1983).

A primeira máquina de impressão em grande formato surgiu em 1875, com a *Província de São Paulo* - mais tarde, em 1890, passou a intitular-se o *Estado de São Paulo* -, que implantou também a prática de venda avulsa de jornais.

As duas últimas décadas do século XIX são de efervescência na imprensa brasileira. Era a luta pelo abolicionismo e pelo regime republicano. Segundo Sodré (1983, p. 234),

tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas.

Nesse sentido, identificamos aqui o papel da imprensa na formação social. Ela teve significativa participação no movimento abolicionista e pela mudança de regime. Os jornais protagonizam verdadeiras campanhas em defesa do novo regime, influenciando a opinião pública.

O ano de 1891 também foi relevante para a história da imprensa, com a instalação do Jornal do Brasil, um dos mais importantes periódicos do século XX, e que circula até a atualidade.

No fim do século XIX a imprensa artesanal era substituída pela industrial. De acordo com Sodré (1983, p. 261), “a imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”. Aqui mais uma vez vislumbramos um dos pontos cruciais da nossa pesquisa: a influência da reorganização capitalista-industrial na cidade - provocando a urbanização -, alterando o feitiço patriarcal-agrícola. Isso afeta a imprensa no sentido de provocar sua profissionalização, com o surgimento de novos equipamentos de impressão e alterações também na linguagem jornalística.

Dentro desse quadro, Bahia (1990, p. 105-106) considera que a segunda fase da imprensa brasileira inicia em 1880, avaliada por ele como a etapa de consolidação do setor.

Itens de escala técnica incorporam-se a uma tipografia que antes dependia exclusivamente da habilidade manual. Inovações mecânicas, a divisão do trabalho, a especialização, a racionalização de custos, a conquista de mercados pouco a pouco transformam a velha tipografia, aposentam superados prelos, ampliam a indústria gráfica.

Outro aspecto relevante que desenvolveu o jornal empresa foi a venda de espaço publicitário, que iniciou na década de 1890. “Objetivando a maior circulação possível (...), o

jornal empresa passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor. A ênfase recai sobre o que o público quer e não sobre a opinião do grupo que manipula o jornal” (MEDINA, 1988).

Para a autora, essa nova forma de fazer jornalismo está ligada a dois fatores sócio-históricos: a urbanização e a industrialização. Sodré (1983, p. 275) concorda com a avaliação. Para ele, as inovações técnicas na imprensa, que prosseguiram em 1895, estão intimamente ligadas à estrutura empresarial.

Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades.

Essa fase é considerada a infância das relações capitalistas, quando começa a se destacar o comércio. As forças que dominavam a imprensa eram o Estado e o capital comercial. E o Brasil vivia uma contradição, com uma sociedade que ansiava por ser moderna e ligada ao progresso mundial e uma estrutura social engendrada numa colônia escravocrata e paternalista.

O tema política é a tônica da grande imprensa no centro do país, neutralizando a influência literária, embora não permita ainda a linguagem jornalística, específica. Nos outros Estados ainda são raros os jornais com estrutura de empresa, mas eles também priorizam a política na pauta, com linguagem mais agressiva.

Bahia (1990, p. 172) ressalta que antes de 1930 os grandes jornais de São Paulo e Rio “incorporam equipamentos técnicos importantes – uma escalada gráfica que renova e acrescenta unidades de linotipo e rotativa para diversificar e atualizar a tipografia do começo do século”.

Como vimos, o desenvolvimento da imprensa foi marcado pela característica artesanal na primeira metade do século XIX. O caráter opinativo dominava o jornalismo da época, com

uma significativa vinculação partidária por parte dos jornais. O incremento técnico possibilitou o surgimento do jornal como empresa, com ênfase ao período do final do século XIX, a partir da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, até o início do século XX.

As alterações não se limitaram à questão tecnológica, atingindo também a linguagem e apresentando uma nova maneira de formar a opinião pública. Nesse sentido, a idéia positivista de neutralidade vai se encaixar no jornalismo, que a partir de então deve ser isento, com o papel de apenas repassar a informação. Naquele momento se crê que pode haver um jornalismo neutro.

Por outro lado, como vimos neste capítulo, muitos autores destacam a função social do jornalismo. Na visão de Alceu Amoroso Lima, por sua natureza o jornalismo é uma arte com fins morais, sociais e estéticos. Conforme o autor (1969, p. 47-48),

o jornalista medíocre informa por informar. O autêntico jornalista informa para formar. (...) A formação da Opinião Pública é, pois, uma finalidade extra-estética – pois que social, política, moral, coletiva, civilizadora – mas que faz parte integrante e essencial da caracterização da atividade como gênero literário.

Alceu Amoroso Lima considera os objetivos morais, sociais e estéticos do jornalismo, com ênfase na formação da opinião pública. Também acreditamos que mesmo no jornalismo moderno, em que os interesses comerciais não raras vezes estão acima dessas questões, é relevante não perder de vista a responsabilidade social inerente ao fazer jornalístico. Note-se ainda que Alceu Amoroso Lima considera o jornalismo como gênero literário, o que nos remete a um período em que jornalismo e literatura mantinham estreita relação na história da imprensa no Brasil, nosso foco no próximo capítulo.

3 JORNALISMO E LITERATURA

Nesta fase da pesquisa vamos focar as relações entre jornalismo e literatura, que na trajetória da imprensa no Brasil – como em outros países – se entrecruzaram por um período significativo. Vamos estudar os processos pelos quais essa conexão entre jornalismo e literatura

ocorre no século XIX, com a perda de autonomia da literatura, influenciada pelas novas exigências da linguagem jornalística. Também vamos abordar as duas obras escolhidas como objeto de análise para verificar as reações entre os homens de letras às mudanças no fazer jornalístico a partir das alterações dos modos de produção, o que provocou a perda de espaço desses escritores, e a posição dos literatos sobre o papel social da imprensa: *O Momento Literário* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de João do Rio e Lima Barreto, respectivamente.

A primeira foi selecionada por tratar-se de um registro legitimado pela sociedade da época, por expor a opinião de uma comunidade de intelectuais que encontrava respaldo na opinião pública da época. Esclareça-se que no *Momento Literário* João do Rio realizou entrevistas com vários escritores reconhecidos, e isso nos permite verificar a posição de uma geração de literatos e problematizar suas reações às mudanças provocadas pela modernização da imprensa.

A essa geração bem recebida pela sociedade, Lima Barreto faz o contraponto, uma vez que não era admitido como membro da comunidade intelectual do período. O escritor somente foi reconhecido postumamente pela crítica literária. Assim, com esse escritor, é como se pudéssemos ter acesso à opinião de alguém que não participava do círculo dos eleitos, mas que nem por isso deixou de expressar suas posições em relação ao papel manipulador que a imprensa poderia desempenhar no mundo moderno.

3.1 – Caminhos cruzados

Neste item vamos efetuar uma revisão histórica da conexão entre jornalismo e literatura, o que faz necessário que retornemos a meados do século XIX. Os jornais eram espaços

significativos para os escritores, pois devido à ausência de um mercado editorial forte os literatos necessitavam de outros meios para garantir sua sobrevivência.

Na época, o jornalismo era quase que um caminho natural, pois os periódicos seguiam o modelo francês na linguagem jornalística, muito próxima da literatura. O jornal apresentava em suas páginas os denominados artigos de fundo, “cujas características eram a opinião, os narizes-de-cera², a extensão” (SANTOS, 2002, p. 2).

Os primeiros passos do jornalismo literário ocorreram através dos folhetins, romances publicados em série, normalmente no rodapé da primeira página dos jornais. O primeiro a ser divulgado no Brasil foi *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, em 1852, no *Correio Mercantil*. Em 1854, o *Diário do Rio de Janeiro* publica *O Guarani*, de José de Alencar, que teve grande repercussão (ARNT, 2004). De acordo com esta autora,

A explosão do folhetim brasileiro se dará com *O Guarani*. A cor local, dos amores do índio Peri pela branca Ceci, trouxe uma revolução ao gênero e abre espaço para a publicação de autores brasileiros. No Rio de Janeiro analfabeto, *O Guarani* será lido para empregados e agregados. Em São Paulo o *Diário do Rio de Janeiro* era esperado com entusiasmo e era lido em grupos, conforme escreve Visconde de Taunay em *Reminiscências* (ARNT, 2004).

Um dos maiores escritores brasileiros, Machado de Assis, também estreou nessa época, com apenas 16 anos. Em 1855, começou a escrever no jornal *A Marmota*, de Francisco de Paula Brito, que acolheu a maioria dos escritores do período.

Santos (2002, p. 66) ressalta que a transição que vivia a sociedade da época foi retratada por Machado de Assis no jornal.

Sua escritura não só falava dessa transitoriedade como, tal qual Carlitos, imitava-a no corpo precívél e fragmentado da crônica. Por ter um olhar pioneiro, sua experiência

² Nariz-de-cera: Forma tradicional de abertura da matéria, antes da implantação do lead. O texto apresentava um preâmbulo longo e vago, pouco objetivo (BARBOSA: RABAÇA, 1978).

conectava imaginação e inervação física antes de elas serem rompidas pela lógica capitalista que transformaria o jornal em mais um produto de consumo. Machado ainda vira no jornal material sublime de uma transformação no corpo social e no próprio corpo engessado da literatura oficial da época. Ligava-o, sem dúvida, à ação pelo que absorvia da experiência da vida empírica de uma cidade que crescia e se urbanizava.

Nesse sentido, Machado de Assis considerava que o jornalismo literário ocupava também um espaço na formação social. O escritor valorizava o “potencial democrático” do jornal e via o veículo como uma “tribuna universal” (SANTOS, 2002, p. 159).

Outros escritores-jornalistas de renome desse tempo – até as primeiras décadas do século XX – foram Quintino Bocaiúva, Joaquim Manuel de Macedo, Olavo Bilac, Raul Pompéia, José Veríssimo e Euclides da Cunha e Lima Barreto. Este último foi um crítico da imprensa capitalista como manipuladora da opinião pública, como analisaremos mais adiante.

No início do século, portanto, literatura e imprensa ainda se confundiam. “Os homens de letras buscavam no jornal o que não encontravam nos livros: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível” (SODRÉ, 1983, p. 292). Aqui o papel de formador da opinião pública cabia aos literatos, em um momento em que a linguagem ainda apresentava característica opinativa.

Nesse período, a linguagem jornalística começa a sofrer mudanças, provocadas pelas relações capitalistas que se implantam mais vigorosamente no Brasil. O folhetim começa a perder espaço, substituído pelo colunismo; a entrevista substitui o simples artigo político; começam a surgir temas antes tratados como secundários, entre eles os policiais e os esportivos. Começa a emergir a informação, em detrimento da opinião. Aparentemente a informação pode permitir maior liberdade de interpretação da notícia ao leitor, mas numa sociedade capitalista a imprensa mantém conexão com interesses comerciais, o que pode significar a manipulação das informações.

Os escritores devem redigir reportagens, entrevistas e notícias, corrigir os textos dos repórteres, editar páginas, chefiar redações, produzindo menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito. “As colaborações literárias, aliás, começam a ser separadas, na paginação dos jornais; constituem matéria à parte, pois o jornal não pretende mais ser, todo ele, literário” (SODRÉ, 1983, p. 297).

Ainda observando as transformações que ocorrem na imprensa no processo de modernização do Brasil, Medina aborda esse período de transição “do momento literário e do momento jornalístico” apontando para o panorama mundial: o impacto da Primeira Guerra, a invenção do rádio, com a informação instantânea, e as agências de notícias, que vêm provocar a produção de um novo conteúdo jornalístico.

A pressa em ficar sabendo o que ocorre em todo o país, no mundo, começa a tomar corpo e cria um universo de leitores até então inexistente. A notícia empurra a opinião de grande parte das páginas de jornal; a necessidade de a cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, via telegrama, vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia. (...) Nas salas de redação, uma modificação fundamental: do escritor, figura principal de produção individualizada, chega-se à criação pelo corpo de repórteres (MEDINA, 1988, p. 53).

A autora menciona o novo leitor, em busca da informação em um mundo mais agitado. Paralelo a isso, o avanço técnico, melhorando a estrutura dos veículos de comunicação, e a busca dos profissionais por novos meios de difundir a notícia.

Costa (2005, p. 99) ressalta que, “com a crescente industrialização, a partir dos anos 20 o papel do escritor nos jornais já não seria o de uma estrela, como nos tempos de Olavo Bilac e Coelho Neto”. Nas relações entre jornalismo e literatura, inseridas no cenário de modernização da imprensa no Brasil, num primeiro momento, a partir de meados do século XIX, os escritores eram o destaque das redações, eram o centro da produção jornalística. Com a industrialização,

provocada pelo avanço capitalista, o panorama mudou, a linguagem literária não era mais o foco, em especial a partir da década de 1920, e os homens de letras começaram a perder espaço.

Uma das conseqüências dessa transformação é a proliferação das revistas ilustradas, configurando-se num novo espaço para os homens de letras. Esses periódicos marcam o início da fase da fotografia, liberando a ilustração das limitações da litografia e da xilogravura. Segundo Sodré (1983, p. 302-303),

As revistas ilustradas, aparecendo na fase em que imprensa e literatura se confundiam e como que separando, ou esboçando a separação entre as duas atividades, submeteram-se, inicialmente, ao domínio da alienação cultural então vigente, buscando emancipar-se depois, ao se tornarem mundanas, e até femininas umas, e principalmente críticas outras. Salvou-as, sem a menor dúvida, a arte da caricatura, que teve, nessa época, grandes nomes a praticá-la e a dar-lhe um sentido, um conteúdo e uma qualidade de execução, uma forma, insuperáveis. (...) Limitadas à literatice, teriam sido inócuas e não teriam alcançado a penetração relativa que alcançaram. A prova disso está no malogro da única tentativa séria que, a rigor, e no terreno puramente literário, foi então empreendida: a da revista *Floreal*, fundada, em 1907, por Lima Barreto.

A revista editou apenas quatro números, e foi na *Floreal* que Lima Barreto começou a publicar *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Um pouco mais adiante, a segunda metade do século XX foi marcada pela implantação de novas técnicas no texto jornalístico, sendo a principal a adoção do *lead*, oriundo do jornalismo norte-americano. Do inglês liderar, encabeçar, o *lead* apresenta as principais informações no primeiro parágrafo da matéria, normalmente respondendo a seis questões: o que, quem, quando, onde, como e por quê.

Com a nova fase, ficou cristalina a definição das fronteiras entre jornalismo e literatura. Nelson Rodrigues foi um grande crítico das mudanças, chamando os copidesques (profissionais que reescreviam as matérias dos repórteres) de “idiotas da objetividade” (apud COSTA, 2005, p. 124). Para ele, sem o adjetivo o jornalismo estava sendo “castrado

emocionalmente”. Nelson Rodrigues admitia que o adjetivo era sua “tara estilística” (IBIDEM, 2005, p. 128).

Segundo Adelmo Genro Filho (1987), o *lead*, conhecido como técnica da pirâmide invertida, teria aparecido pela primeira vez no *The New York Times* em abril de 1861. Bem antes de chegar ao Brasil, portanto, já que em nosso país a nova técnica foi implantada em 1950, por iniciativa do jornalista Pompeu de Sousa Brasil, do *Diário Carioca*.

O *lead* foi introduzido por mim para substituir o nariz-de-cera. Representou uma subversão na técnica redacional. Naquele tempo a notícia ficava no pé da matéria. A abertura era um comentário, uma opinião, uma mistura de informação, interpretação e tudo mais, menos notícias. Aquilo precisava mudar. Era absolutamente necessária uma reforma (BRASIL *apud* GENRO FILHO, 1987, p. 189).

Isso demonstra a necessidade de mudanças também na linguagem jornalística, que até o início do século XX apresentava vínculos estreitos com a literatura.

Dines (1986, p. 26) ressalta que no período em que o jornalismo era considerado “subproduto das belas-artes”, ou seja, tinha forte vinculação com a literatura, o foco era o estilo, a frase, a palavra. “O beletismo, na ocasião, não era ainda restritivo (como tudo muda!), e o jornal vivia como o repositório de uma atitude geral e natural que considerava o bonito e o bem acabado como meta final”.

O autor citado afirma que essa fase estendeu-se até depois da Segunda Guerra Mundial, que trouxe como resultado a intensificação da industrialização. De acordo com Dines (1986, p. 26), os jornais brasileiros, banhando-se na experiência da objetividade e dependendo diretamente do noticiário telegráfico, “apreenderam um novo estilo, seco e forte, que já não tinha qualquer ponto de contato com o beletismo. Passamos, então, no fim dos anos 40, à funcionalidade e à eficiência”.

Menezes (1997, p. 43) também considera que o jornalismo avançou muito a partir da década de 1950 no terreno da técnica jornalística, “implicando o aprimoramento técnico também a melhoria de conteúdo, a diversificação na apresentação das matérias, o cuidado com essa apresentação e a preocupação de ordem estética se equiparando à de ordem ética”.

Um escritor que vivencia essa simbiose entre jornalismo e literatura na atualidade é Moacyr Scliar, cronista do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, que avalia as mudanças que experimenta desde que começou a escrever para jornal. Ele expõe seu ponto de vista a partir de sua atuação no jornalismo moderno, ou seja, após todo o processo de industrialização que provocou alterações nos modos de produção e trouxe como consequência o afastamento dos homens de letras das redações, com mudanças na linguagem jornalística. Para Scliar, hoje jornalistas e escritores podem conviver pacificamente, com um aprendizado mútuo.

Não sou mais o escritor que era quando me tornei colaborador de jornal. O que mudou? Várias coisas. Em primeiro lugar, aprendi a escrever de forma sistemática, com ou sem ‘inspiração’, que é uma coisa que às vezes some por muito tempo, deixando o escritor frustrado (SCLIAR, 2002, p. 13).

Outro aprendizado, segundo o autor, foi a objetividade. “No passado, os escritores se deixavam arrastar pelo texto, que não raro se tornava caudaloso, fazendo com que o autor simplesmente esquecesse de onde vinha e para onde ia”. Ele também aprendeu a ter poder de síntese, ou seja, respeitar o espaço do jornal, e ser pontual. É a pressão do tempo e do espaço, aludida por Antônio Olinto (1955), que Scliar avalia como positiva.

Scliar (2002, p. 14) acredita que a literatura também tem algo a ensinar ao jornalismo, como o cuidado com a forma, escrevendo e reescrevendo o texto, e a privilegiar a imaginação, embora respeitando os limites da realidade. Para o autor, a fronteira entre jornalismo e ficção é permeável, o que permite uma “útil e amável” convivência. “No passado, grandes escritores

foram grandes jornalistas: o caso de Machado de Assis, de Lima Barreto. Nada impede que esta tradição tenha continuidade”.

3.2 João do Rio, o *flâneur* do século XX

Neste item vamos destacar uma das obras escolhidas para investigar como os homens de letras reagiram às mudanças na produção jornalística a partir da modernização da imprensa. É de João do Rio, *O Momento Literário*, o texto que privilegiamos aqui.

Embora João do Rio não seja o foco, consideramos importante realizar uma breve apresentação do autor de *O Momento Literário*. João Paulo Alberto Coelho Barreto é considerado o primeiro repórter da história da imprensa brasileira. Cronista, contista, teatrólogo e jornalista, ele nasceu em 5 de agosto de 1881 e morreu em 1921. Em 1899 começou a atuar nos jornais *A Tribuna* e *Cidade do Rio*, e depois trabalhou em vários outros periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, do qual se tornou diretor em 1905, o *Rio Jornal* e *A Pátria*, ambos que ajudou a fundar.

João do Rio desenvolveu uma nova forma de coletar informações: além de entrevistar as fontes, realizava uma observação minuciosa da cidade e da realidade, duas novas técnicas que seriam amplamente utilizadas no jornalismo interpretativo no Brasil a partir da década de 1960. “Nas crônicas jornalísticas de João do Rio já existiam as sementes da grande reportagem, seja através das técnicas de captação ou na maneira de abordar o conteúdo” (MORAIS, 2004).

Nesse aspecto, a grande reportagem surgiu a partir do jornalismo informativo, com o objetivo de aprofundar os temas abordados. Também denominada matéria especial, mais

modernamente a grande reportagem pode ser inserida no jornalismo interpretativo, com textos mais aprofundados, que podem incluir a interligação com outros fatos e o resgate histórico (RABAÇA, BARBOSA, 1978).

João do Rio exerceu a *flânerie*, termo que o dicionário francês traduz como “vadiagem”, e retratou as transformações urbanas do Rio de Janeiro entre 1900 e 1920. Ele próprio se considerava um *flâneur*. No livro *A alma encantadora das ruas*, de 1905, João do Rio afirma:

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes, a arte de flunar. Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir (...), é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina (...); é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja (RIO, 2006).

Walter Benjamin também abordou a figura do *flâneur*, a partir do termo criado por Charles Baudelaire para indicar o indivíduo que sai às ruas para descobrir tipos característicos e admirar a cidade. Para abordar o *flâneur* de Benjamin nos baseamos nos comentários de Willi Bolle (2000). Segundo Benjamin, é o personagem urbano que possibilitava um conhecimento mais aprofundado do fenômeno da metrópole. Ele vislumbra no *flâneur* um “vivo interesse pelo espetáculo da cidade e uma disposição ao ócio e ao devaneio” (BOLLE, 2000, p. 366). Para o crítico, o *flâneur* é um “fisiognomista nato da rua” e um “ocioso sonhador”, mas que permite, também, a ligação com uma determinada esfera social, a classe média, situada em Benjamin na Paris do Segundo Império. Segundo Bolle (2000, p. 372),

Essa localização sociológica contribui para fazer do *flâneur* um instrumento para escrever a história das mentalidades. Essa história é escrita “de dentro”, a partir de um

lugar histórico-social específico, que é o das classes médias na época de sua consolidação. Produto daquele meio, o *flâneur*, com a sua “ingenuidade”, permite ao historiógrafo um acesso mais fácil às camadas dos sonhos e do imaginário coletivos. Imerso na “atmosfera mental coletiva”, o *flâneur* é usado por Benjamin para a missão de reconhecimento do labirinto da Modernidade.

Para Benjamin, o *flâneur* também se constitui um meio de reflexão sobre a condição do produtor de cultura na modernidade. Com o *flâneur*, a intelectualidade literária entra no mercado. A intelectualidade é mostrada num momento histórico de mudança das condições de produção. “A base social da *flânerie* é o jornalismo”, esclarece Benjamin (*apud* BOLLE, 2000, p. 388).

Benjamin também trata do exibicionismo dos literatos, que ostentam em público suas horas ociosas como parte de seu tempo de trabalho. “O valor de qualquer mercadoria, segundo Marx, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. A essa regra se atém o jornalista-*flâneur*” (BENJAMIN *apud* BOLLE, 2000, p. 389). Benjamin quer dizer que o *flâneur* se empenha em fazer com que suas horas de ócio pareçam uma parte de suas horas de trabalho, o que multiplica o valor de seu trabalho.

No contexto de uma modernização muito mais incipiente do que ocorria na Europa, os intelectuais enfocados na obra *O Momento Literário* viveram a época de efervescência com a urbanização no Rio de Janeiro, como abordamos no capítulo anterior. Com as mudanças, em todos os aspectos, provocadas pela Regeneração, o período registrou uma crise intelectual e moral, “marcada pela mais atroz decadência cultural” (SEVCENKO, 1999, p. 95).

As novidades da vida moderna trouxeram a decadência do romantismo, processo vivido com sofrimento pelos literatos. Nesse cenário, as alterações no fazer jornalístico também afetaram diretamente os escritores. “O jornalismo, impondo uma vigorosa padronização à linguagem e empregando praticamente todos os homens de letras nas suas redações, acabou

necessariamente exercendo um efeito geral negativo sobre a criação artística” (SEVCENKO, 1999, p. 100).

Broca (2005, p. 44) também se refere ao período, ressaltando que “o romantismo pertencia a um passado distante, os costumes modificavam-se em todo o sentido, a boêmia declinava, o jornalismo transformava-se atendendo às novas solicitações do público”. Essa mudança nos interesses do público refere-se à informação, inerente à rapidez dos novos tempos. Como visto no capítulo anterior, o período de urbanização do Rio de Janeiro trouxe mudanças significativas na cultura e nos costumes da população, num ritmo acelerado.

3.2.1 O Momento Literário

João do Rio publicou *O Momento Literário* em 1907, resultado de conversa com um amigo que sugeriu a ele que produzisse um documento que seria a “história do momento literário” (RIO, 2006, p. 3). Os dois elaboraram um questionário que foi expedido pelo correio para mais de cem escritores. João do Rio conseguiu a participação de 36 literatos, sendo 26 por carta e 10 em entrevistas pessoais. Entre eles, nomes consagrados como Olavo Bilac, Sílvio Romero, Coelho Neto e Raimundo Correia. Entre os que receberam a correspondência, mas não quiseram participar da enquete, Machado de Assis, Graça Aranha, Aluísio de Azevedo e José Veríssimo.

A enquete foi composta de cinco perguntas:

- 1 – Para sua formação literária, quais autores que mais contribuíram?
- 2 – Das suas obras, qual a que prefere?
- 3 – Lembrando separadamente a prosa e a poesia contemporâneas, parece-lhe que no momento atual, no Brasil, atravessamos um momento estacionário, há novas escolas (romance social, poesia de ação, etc), ou há a luta entre antigas e modernas? Neste

último caso, quais são elas? Quais os escritores contemporâneos que as representam?
Qual a que julga destinada a predominar?
4 – O desenvolvimento dos centros literários dos Estados tenderá a criar literaturas à parte?
5 – O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?
(RIO, 2006)

Nosso objetivo é verificar as impressões dos escritores acerca de dois aspectos: a modernização da imprensa e o papel da imprensa na formação social. Para isso nos deteremos especificamente na última questão da enquete de João do Rio (*O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?*).

Treze dos 36 intelectuais que responderam ao questionário de João do Rio afirmaram ser um fator bom, onze disseram ser um fator ruim ou péssimo, oito consideraram que o jornalismo não se configura em fator bom nem ruim para a arte literária e quatro não responderam.

Ao compilar as respostas dos 36 escritores ao questionário de João do Rio, que resultou no livro *O Momento Literário*, é possível extrair algumas considerações no que se refere à primeira questão, a modernização da imprensa. A primeira é que os literatos, de um modo geral, reconhecem no jornalismo da época um espaço precioso para a divulgação de suas obras. Paralelo à industrialização e à profissionalização da imprensa há um aumento do número de leitores de jornais (apesar de o índice de analfabetismo ainda ser elevado), o que se constitui em grande oportunidade para propagar a produção literária.

O poeta Olavo Bilac se constitui em bom exemplo: “O jornalismo é para todo escritor um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal – porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade” (RIO, 2006, p. 6).

Encontramos outra referência ao jornal como meio de divulgação do trabalho dos literatos em Curvelo de Mendonça.

Quase todos os nossos homens de letras, os mais eminentes, os mais ativos, passaram pelo jornalismo. Coelho Neto viveu e vive nele, e daí mesmo retira os seus romances e os seus contos finamente laborados. (...) Quem pode negar a influência civilizadora do jornalismo nacional, conhecendo os grandes talentos que aí afiaram suas armas e, por ele, exerceram tão poderosa ação na vida intelectual brasileira? (...) Sem a imprensa, o Brasil não seria o que é hoje, as nossas letras não poderiam ter chegado ao que são agora (IBIDEM, p. 52).

Por outro lado, a maior reclamação dos homens de letras contra a profissionalização da imprensa se refere à decadência da “pureza” da literatura como arte. Relembremos que na fase anterior da história da imprensa no Brasil, principalmente a partir de meados do século XIX, a linguagem literária mantinha a hegemonia nos textos dos jornais, com cunho opinativo.

Era o espaço livre dos escritores, onde eles tinham oportunidade de exercer sua arte. Após a profissionalização, especialmente após a década de 1920, os homens de letras tiveram que se adaptar a uma nova linguagem, mais direcionada à informação, conseqüentemente perdendo terreno.

O padre Severiano de Resende, escritor realista, ao falar sobre a má influência do jornalismo, aponta o jornal como “meio esterilizante e dispersivo”:

Esterilizante, porque o trabalho *au jour le jour* esgota as forças desorientadas e exaure o tempo desmetodizado; dispersivo, porque não admite a reflexão, a concentração da idéia, o apuro e o esmero da Forma, que é a ambição de todo artista. Assim, o jornalismo é um fator bom, porque é só por ele que o artista se pode manifestar, e é um fator mau porque, como Saturno, devora a vida de seus próprios filhos (p. 47).

O escritor Medeiros e Albuquerque, por outro lado, ressalva que “a imprensa comporta para os que nela trabalham com certo amor uma grande dose de arte” (IBIDEM, p. 25), embora reconheça que seus pares consideram que a primazia da arte é a literatura.

Outro poeta, Raimundo Correia, ressaltou que o jornalismo é um “subtraendo” para a arte literária. “Dentre todos os males necessários e inevitáveis da nossa época, nenhum há mais infenso, do que ele, à cultura sã e tranqüila da *verdadeira arte*” (IBIDEM, p. 98).

Esse debate sobre a literatura como obra de arte e suas relações com o jornalismo nos permite recorrer a Walter Benjamin. Ele pesquisou a história da arte, destacando as alterações sofridas nas formas de comunicação estética em diálogo com os modos de produção e organização. Para Benjamin, os modos de produção alteram as formas de comunicação.

O crítico trata da reprodutibilidade da obra de arte – pintura, escultura, desenho, literatura, cinema - e apresenta o conceito de aura. Para o autor, a aura é o “aqui e agora”, o caráter de exclusividade de cada obra. As técnicas de reprodução da obra de arte, como a fundição, a gravura, a xilografia, a litografia, a imprensa, a fotografia e o cinema, provocam a dissolução da aura, destituindo a arte de seu *status* de raridade.

Com a xilogravura, o desenho tornou-se pela primeira vez tecnicamente reprodutível, muito antes que a imprensa prestasse o mesmo serviço para a palavra escrita. Conhecemos as gigantescas transformações provocadas pela imprensa – a reprodução técnica da escrita (BENJAMIN, 1993, p. 166).

Entretanto, Benjamin tem uma perspectiva dialética sobre o assunto: ao mesmo tempo em que a aura se perde, isso permite a democratização do acesso à obra de arte. De acordo com Konder (1999, p. 78),

pressionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, a arte está assumindo uma função social diferente. O valor que a obra de arte sempre teve, como objeto de culto, está cedendo lugar ao valor que ela adquire na medida em que passa a ser muito mais amplamente exposta do que no passado e é posta ao alcance de um público muito mais vasto (a quantidade está alterando a qualidade).

Benjamin tratou desse tema no texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, escrito em 1936, em que analisa o progresso das técnicas de reprodução nos séculos XIX e XX, período de modernização da imprensa, também apontada como uma das técnicas de reprodução da obra de arte.

O autor afirma que as obras de arte sempre foram suscetíveis de reprodução, mas nada anteriormente se compara à reprodutibilidade técnica moderna, inaugurada com a fotografia. O seu destino de agora em diante é o mercado e uma sociedade de massa cada vez mais desejosa das coisas mais próximas para dominá-las através da imagem.

Benjamin considera a fotografia como a primeira técnica de reprodução verdadeiramente revolucionária.

Tanto nela, quanto mais tarde no cinema, o valor de culto seria suplantado pelo valor de exposição, não sem alguma resistência do primeiro, como lembra Benjamin ao se referir à tendência dos primeiros retratos em cultuar o rosto humano, como se fora o último refúgio de uma aura para sempre perdida (SANTOS, 2002, p. 47).

Ou seja, o valor de culto é inerente à aura, enquanto o valor de exposição é reflexo das técnicas de reprodução.

Para os frankfurtianos, a arte é a grande aposta de emancipação. A partir do momento em que ela não precisa estar atrelada a uma função (nem pedagógica, nem à indústria, por exemplo), pode haver o resgate da subjetividade, da identidade do sujeito. A arte pode ter função, mas em seu conceito não está intrínseca a idéia de aplicabilidade, por isso na arte a razão está mais liberta, tem mais possibilidade de autonomia. Os frankfurtianos entendem que a arte tem a capacidade de resgatar o indivíduo através da imaginação criadora.

Voltando para nosso objeto de estudo, para os escritores da época estudada – entre final do século XIX e início do século XX -, a literatura seria a arte verdadeira, a que a nova linguagem solicitada pela modernização da imprensa poria em perigo. A mudança nos modos de produção provocou a alteração no texto jornalístico, a partir do foco na informação e na objetividade.

Em consonância com as observações benjaminianas, a mercantilização do trabalho dos escritores é outra crítica que identificamos em *O Momento Literário*. “O jornalismo é o balcão. Não pode haver arte onde há trocos; não pode haver arte onde o trabalho é dispersivo”, afirma o poeta alagoano Guimarães Passos (IBIDEM, p. 48).

Nesse mesmo raciocínio, o poeta Luís Edmundo tem uma das posições mais pessimistas entre os literatos que responderam ao questionário de João do Rio. Para ele, o jornalismo é um péssimo fator para a arte literária, e uma das instituições fatídicas para os homens de letras, ao lado da política. “O desgraçado que tem talento, ou cai na coluna diária a matar a sua arte a trezentos mil réis por mês ou vai apodrecer numa cadeira de Congresso a ganhar setenta e cinco diários entre os discursos sobre a lei do orçamento e sobre o imposto do gado” (IBIDEM, p. 33).

Outro argumento acerca da modernização levantado pelos literatos é a pressão do tempo enfrentada nas redações, como encontramos no poeta Gustavo Santiago:

A facilidade com que o público aceita quanto se lhe dá; a maleabilidade de espírito necessária no jornalista para o enfrentamento das questões as mais diversas; a pressa com que se é obrigado a trabalhar na redação, a atender à urgência da hora; a banalidade e leveza dos comentários, a que se é forçado – são elementos nocivos, que acabam esterilizando, matando o homem de letras (IBIDEM, p. 92).

Essa referência nos remete a Antônio Olinto (1955, p. 4), para quem o jornalista vive a pressão do tempo e do espaço – do tempo para editar a matéria e do espaço limitado na página. Para este autor, escritor e jornalista vivenciam um estado de pressão, sendo que no primeiro é de caráter interno. “(...) no caso do escritor, que vive com mais liberdade o ato de criação, a pressão vem de dentro, é imposta pela própria necessidade de chegar ele ao fim da obra”.

Ao analisar a posição dos homens de letras acerca da modernização da imprensa, identificamos quatro pontos: o reconhecimento do meio jornal como um espaço importante para a

divulgação de suas obras; a perda da pureza da literatura como arte; a mercantilização do trabalho dos escritores e a pressão do tempo imposta pelas redações de jornais.

Se no primeiro momento discutimos a questão da modernização, agora vamos verificar como os escritores que atuavam na imprensa vêem seu papel na sociedade, para que leitores devem se dirigir, que tipo de formação política defendem, em suma, como se pensa a atuação educativa da imprensa naquele momento.

Um dos argumentos levantados se refere ao analfabetismo, cujo índice era muito alto no Brasil da época, o que poderia ser amenizado a partir do hábito de ler jornais. Para Medeiros e Albuquerque, jornalismo e literatura têm o mesmo objetivo: “usar de palavras escritas para impressionar cérebros humanos, fazer vibrar inteligências e corações” (RIO, 2006, p. 25), e o jornalismo não prejudica em nada a literatura.

O que a prejudica é a falta de instrução. Sem público que leia, a vida literária é impossível. O jornal faz até a preparação desse público. Habitua alguns milhares de pessoas a uma leitura quotidiana de alguns minutos, dando-lhes amostras de todos os gêneros. Os que têm gosto e tempo começam por aí e passam para os livros. Mas o jornal é o indicador. Em nenhum país de grande literatura deixa de haver grande jornalismo. Sem este, aquela é impossível. Os que atacam a imprensa, o que deviam fazer era atacar a falta de instrução (IBIDEM, p. 26).

O escritor Artur Orlando exalta, de forma poética, o caráter educativo do jornal, como instrumento de cultura.

Depois da descoberta da imprensa e outros meios de comunicação do pensamento, a instrução científica, estética, moral e filosófica passou da escola para o jornal. A escola deixou de ser um instrumento de cultura, um fator de progresso para se restringir a ensinar a ler e a escrever maquinalmente palavras. Hoje a instrução transbordou da escola e espalhou-se pelo vasto campo da vida; hoje só há uma escola na altura dos tempos modernos, que é o jornal, escola *sui generis* sem penas disciplinares, escola verdadeiramente livre, que o aluno não é obrigado a freqüentar, que penetra todos os dias pelas janelas no interior do lar como os raios do sol, escola que é a mais elevada expressão das relações livres entre as pessoas, umas que sentem necessidade de aprender, outras de ensinar (IBIDEM, p. 32-33).

Outro escritor que participou da enquete, Coelho Neto, fez menção ao jornalismo político.

O jornalismo foi sempre, no Brasil, político. Cansado o público, a mania politiqueira foi atenuada pelos processos industriais. O jornal deixou de ser uma urna para ser... uma oficina. Tem sido para a nossa literatura um grande bem relativamente. (...) Quanto à literatura que publicamos nos jornais, lembra os livros impressos no tempo do Santo-Ofício. Não tem o visto da Inquisição, mas tem o visto do redator-chefe (IBIDEM, p.20).

Aqui ele se refere à gênese do jornalismo no Brasil, em que a imprensa tinha característica política e predominava a opinião, e à posterior imprensa industrial, que se torna subserviente ao gosto do público pelo interesse em vender jornal. É relevante esclarecer a dessemelhança entre o caráter positivo do papel de formação social da imprensa, entendida como aquela capaz de produzir nos indivíduos a sua autonomia, e o negativo, no sentido de semiformação, vinculado ao jornalismo tendencioso e manipulador.

3.3 Lima Barreto e a Literatura Engajada

Lima Barreto, a partir do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, é outro escritor que escolhemos para verificar a reação dos homens de letras diante das mudanças dos modos de produção e suas posições no tocante à função social da imprensa. Como dito anteriormente, ele não integrava a comunidade dos escritores da época, por não ter seu talento reconhecido, mas foi reverenciado postumamente, e foi um crítico contumaz do papel manipulador que a imprensa podia exercer.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu na mesma cidade e no mesmo ano que João do Rio, 1881, e sua literatura percorre seis gêneros: romance, conto, crônica, sátira, epistolografia (conjunto de textos escritos sob a forma de carta) e memórias. Ele utilizou a

literatura e o jornalismo como meio de expressão ou como campo de combate contra o preconceito social e racial que enfrentou durante toda a vida.

Escritor combativo exercia a crítica social através de seus escritos. De acordo com Sevcenko (1999, p. 162), “a função crítica, combatente e ativista ressalta por demais evidente dos textos de Lima Barreto”. Os recursos básicos da sua ficção são a ironia e a caricatura.

A temática de suas obras circula pelos movimentos históricos, relações sociais e raciais e crítica social, moral e cultural, entre outros pontos. Entre os personagens destacam-se os tipos “excusos e execrados”, com figuras representativas dos mais diversos meios. De acordo com Sevcenko (1999, p. 163),

sua atenção escapa do cenário de mármore e cristal montado no centro da cidade e reservado para a convivência e sociabilidade dos beneficiados com as recentes transformações históricas, para deter-se – demoradamente – na realidade enfermeira que se oculta por detrás daquela fachada imponente.

Lima Barreto, por sinal, era um crítico mordaz dos rumos seguidos pelo novo regime e conseqüentemente das medidas tomadas pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, sob o governo do presidente Rodrigues Alves, que ficaram conhecidas como Regeneração, como foi referido anteriormente.

O escritor abominava o cosmopolitismo em voga na época, com a subserviência aos costumes e idéias vigentes na Europa, em especial a França. Lima Barreto acreditava, sim, no humanitarismo cosmopolita, como explica Sevcenko (1999, p. 121):

Herança distante do Iluminismo, reavivado pelo Positivismo e pelo evolucionismo progressista liberal, discerníveis como vimos na Belle Époque, esse conceito complexo se traduzia na prática pela elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais, à condição de referência última como padrão de solidariedade ideal a ser alcançado pelos homens na terra.

Isso ilustra a formação de nosso escritor, com influência de Teixeira Mendes, nas pregações dominicais na Igreja Positivista do Brasil. Porém, Lima Barreto afastou-se da doutrina muito cedo, aceitando apenas suas diretrizes mais amplas, ou seja, a filosofia, tecendo críticas à corrente política.

A imprensa era um dos focos preferidos do apurado senso crítico de Lima Barreto, especialmente com relação ao “nefasto monopólio” da opinião pública urbana. “Quem não aparece no jornal não aparecerá nem no livro, nem no palco, nem em parte alguma – morrerá. É uma ditadura” (LIMA *apud* SEVCENKO, 1999, p. 173). O escritor criticava o poder de penetração do jornal, que mantinha a primazia sobre a opinião pública. Lima Barreto considerava a imprensa tendenciosa e manipuladora.

Recordações do Escrivão Isaías Caminha foi seu romance de estréia. O trabalho começou a ser publicado na revista *Floreal*, editada por Barreto, mas que não resistiu mais de quatro edições. O livro foi publicado em 1909, em Portugal, pelo editor A. M. Teixeira, da Livraria Clássica, que impôs como condição que o autor abrisse mão dos direitos autorais. Lima Barreto concordou, respondendo por carta ao editor em 24 de abril de 1909:

Sabendo eu de que modo a fortuna de um primeiro livro é arriscada, nada exijo pela publicação do meu, a não ser alguns exemplares, cinquenta, se o sr. achar razoável, para os oferecimentos de praxe. Julgo-me, meu caro sr. Teixeira, muito feliz por encontrar quem queira publicar-me e com a publicação fico satisfeito” (BARRETO *apud* SODRÉ, 1983, p. 304).

A obra em questão é considerada autobiográfica, e não há como não relacionar personagem e autor. Lima Barreto e Isaías Caminha viviam em conflito existencial, oprimidos pelo preconceito racial. Ambos trabalharam na imprensa: no caso da ficção, o jornal *O Globo*, que, segundo alguns autores, como Nelson Werneck Sodré (1983), retrata na verdade o *Correio*

da Manhã, onde Lima Barreto atuou. A revolta contra o racismo atravessa o livro, como atravessou a vida do escritor.

Segundo Francisco de Assis Barbosa, no prefácio de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto é “escritor eminentemente memorialista, a ponto de se tornar difícil, senão impossível, delimitar em alguns de seus romances e contos as fronteiras da ficção e da realidade, ele anotou, registrou, fixou, comentou ou criticou todos os grandes acontecimentos da vida republicana” (BARRETO, 1997, p. 14).

3.3.1 *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*

Neste item vamos verificar, por meio da análise da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de que forma as mudanças nos modos de produção jornalística, ou seja, a modernização da imprensa, foram vivenciadas pelos homens de letras, no caso, o escritor Lima Barreto. É importante reiterar que a partir de meados do século XIX, quando a imprensa ainda apresentava características artesanais, com foco na opinião, os escritores começaram a ocupar espaço nos jornais. A participação expressiva dos homens de letras estendeu-se até o início do século XX, quando a imprensa vivenciou um período intenso de modernização, provocado pelas mudanças técnicas e de linguagem e que culminou com a necessidade de formação especializada para atuar na área, o que abordaremos no próximo capítulo.

Um outro aspecto que merece ser analisado reside na problemática entre a nova imprensa e a população urbana que a expansão capitalista estava constituindo no Brasil, no cenário de uma nova cidade. Que tipo de formação destinava-se ao público, enfim, que papel formativo buscava essa imprensa cumprir? Note-se que estamos falando de um tempo em que a opinião e o atrelamento político estavam desaparecendo, dando espaço à informação.

O livro retrata o dia-a-dia do jornal *O Globo*, onde Isaías Caminha foi trabalhar como contínuo, após sair do interior disposto a vencer no Rio de Janeiro e permanecer vários meses desempregado. Algum tempo depois, com o suicídio de Floc (Frederico Lourenço do Couto), responsável pelas crônicas literárias e teatrais, Isaías Caminha assume como jornalista, fazendo a cobertura da Marinha e Alfândega.

Tomando como exemplo o primeiro romance de Lima Barreto, abordaremos algumas questões que se mostram evidentes no livro, relacionadas com o primeiro ponto, a modernização da imprensa. Em comparação aos quatro argumentos identificados na obra de João do Rio, *O Momento Literário* (o reconhecimento do jornal como um espaço precioso para a divulgação da literatura; a decadência da “pureza” da literatura como arte; a mercantilização e a pressão do tempo imposta pelo jornalismo), em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* encontramos apenas um, no caso a mercantilização da imprensa.

A busca do lucro pode ser exemplificada em um comentário do professor Plínio de Andrade, em diálogo com Isaías Caminha e o amigo Leiva. Ele observa que o jornal já prestou serviços, mas quando se constituía em manifestação individual, quando não dava lucro. “Hoje é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também” (IBIDEM, p. 116). A mercantilização é reflexo da modernização da imprensa, a partir do avanço capitalista, que alterou o panorama do jornal artesanal para empresarial. O jornal empresa sobrevive do lucro, obtido a partir da venda de anúncios, o que pode exercer influência sobre o conteúdo das matérias.

O segundo ponto, a formação social, permeia todo o livro de Lima Barreto. Os três pontos abordados em *O Momento Literário* – o analfabetismo, o caráter educativo do jornal, como instrumento de cultura, e a imprensa política – também não são identificados em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

O que Lima Barreto deixa evidente na obra é a manipulação das informações, descrevendo a imprensa da época como mentirosa, tendenciosa e antiética. Os jornalistas muitas vezes inventavam informações com o objetivo de “esquentar” a matéria, para usar um termo atual da área, e atrair o público. O escritor tece uma crítica mordaz a essa imprensa, considerada manipuladora. É o avesso da formação iluminista, que buscava o esclarecimento das massas, a partir do domínio da razão.

Vamos a exemplos do caráter manipulador da imprensa, aludido por Lima Barreto: Adelermo Caxias era um dos redatores do jornal, a quem cabia, na narrativa de nosso personagem, desenvolver as matérias cujas informações eram limitadas.

Às vezes, pediam-se-lhe mais detalhes; o diretor queria a descrição do *complot*, a cena da “sorte”, à lóbrega luz de um lampião, em uma mansarda. Adelermo era obediente e fazia. Intimamente desgostava-se com aquele papel de mentiroso; mas temia ser despedido, posto na rua. Era esse o grande terror de todos. Não eram os ordenados, não era a miséria que os apavorava; temiam não encontrar outro lugar nos jornais e perderem por isso a importância, a honra suprema de pertencer ao jornalismo. Eles não valiam por si; o jornal é que lhes dava brilho (IBIDEM, p. 166).

Outro exemplo de manipulação de informações envolve um fato ocorrido na fase conhecida como “Regeneração”, no Rio de Janeiro do início do século, como informamos no capítulo anterior. As alterações provocadas pela modernização e urbanização causaram mudanças também nos hábitos da população. Um dos fatos mais curiosos, pelo menos na ficção de Lima Barreto, foi a obrigatoriedade do uso de sapatos nas ruas, o que acabou culminando em um motim, com a queima de bondes, barricadas e troca de tiros entre populares e policiais, o que resultou em várias mortes.

Na sua obra de ficção, Lima Barreto credita o movimento popular ao jornal *O Globo*, que teria incitado o povo através das matérias e artigos.

No jornal exultava-se. As vitórias do povo tinham hinos de vitórias da pátria. Exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar sobre o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado cinco mil exemplares. Parecia que a multidão o procurava como estimulante para sua atitude belicosa (BARRETO, 1997, p. 195).

Como é possível compreender, Lima Barreto tem a idéia mais negativa possível sobre essa relação entre jornalismo e formação social. Para ele, os jornais exercem um papel manipulador, sempre com o objetivo central de vender mais, num modelo capitalista.

A formação da opinião pública também pode ser identificada a partir da imagem que a população em geral tinha dos profissionais, e que ilustrava o poder que a imprensa desfrutava junto a ela. Dentro dessa perspectiva, a formação da opinião pública também pode ser identificada num trecho em que Isaías Caminha observa o proprietário de padaria português Laje da Silva:

Escrevia nos jornais; era o bastante. E essa sua admiração, se era de fato esse o sentimento do padeiro pelos homens dos jornais, levava-o a respeitá-los a todos, desde o mais graduado, o redator-chefe, o polemista de talento, até ao repórter de polícia, ao modesto revisor e ao caixeiro de balcão. Todos para ele eram sagrados, seres superiores ou necessários aos seus negócios, pois viviam naquela oficina de ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais, e os escudos capazes também de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses (BARRETO, 1997, p. 56).

Além disso, é possível constituir uma relação, mesmo que indireta, com a formação social a partir da vaidade que acomete os profissionais da área, a qual se estende a todos os trabalhadores que atuam em jornais, demonstra Isaías Caminha. Ele próprio confessa que um ano após ingressar em *O Globo* sentia orgulho de sua posição. “Senti-me muito mais que um contínuo qualquer, mesmo mais que um contínuo de ministro” (IBIDEM, p. 139).

Em um ano ele foi envolvido pela vaidade dos homens de imprensa e julgava-se “superior ao resto da humanidade que não pisa familiarmente no interior das redações e cheio de

inteligência e de talento, só porque levava tinta aos tinteiros dos repórteres e dos redatores e participava assim de um jornal, onde todos têm gênio” (p. 141).

É possível depreender que muitos desses profissionais preteriram a formação social em favor da vaidade, exacerbada a partir da modernização da imprensa, que possibilitou o aumento do número de leitores de jornais.

Para essas novas relações entre jornalismo, literatura e formação social, Walter Benjamin pode trazer alguns esclarecimentos. Na obra *O Narrador*, este autor dialoga com a literatura a partir das relações desta com os modos de produção, cujas transformações geram mudanças na forma como a cultura se efetiva. O autor analisa a decadência da arte de narrar - que para ele representa a faculdade de intercambiar experiências - a partir do surgimento do romance e posteriormente da informação, ou da imprensa.

Segundo Benjamin, a fonte a que recorrem os narradores é a experiência que passa de pessoa a pessoa. Ele aponta como mestres na arte de narrar os camponeses e os marujos. Os primeiros representam os que não saíram de seu país e conhecem como poucos suas histórias e tradições, e o segundo remete ao homem que viaja e tem muito que contar.

De acordo com este autor, o surgimento do romance iniciou o processo de morte da narrativa. “O que separa o romance da narrativa (e da epopéia no sentido estrito) é que ele está essencialmente vinculado ao livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa” (BENJAMIN, 1994, p. 201). Ele destaca que enquanto o narrador retira da experiência o seu conteúdo, “o romancista segrega-se” (Ibidem, p. 201). Em outras palavras, o romancista afasta-se, isola-se.

Para Benjamin, a narrativa está mais vinculada a uma experiência coletiva. É nos espaços coletivos - as oficinas, os teares, as corporações de trabalhadores artesãos da Idade Média - que ela se desenvolve. O romance é o indício da perda dessa experiência coletiva. No

romance temos os fragmentos dos indivíduos, ou do coletivo, ou seja, o sentido de individualidade é muito maior.

Essa ascensão do romance foi possibilitada, como mencionado, pelas alterações das forças produtivas. A consolidação da burguesia trouxe outra forma de comunicação mais ameaçadora à narrativa, e que se constitui também em ameaça ao romance: a informação, e conseqüentemente a imprensa, seu meio de difusão.

O jornal exige um leitor diferente, ou seja, a relação do leitor com o romance e com a imprensa não é a mesma. A maneira de formação educativa é diversa, uma vez que o imediato, no mundo moderno, tem mais valor. Com relação à modernização da imprensa no Brasil, isso fica claro com as novas exigências dos leitores, que passaram a buscar a informação num mundo que passou a ser dominado pela velocidade dos acontecimentos, como vimos no capítulo dois.

Ao comparar as características da narrativa e da informação, entendida como o texto jornalístico, Benjamin afirma que a primeira recorria ao miraculoso, enquanto a segunda se baseia na plausibilidade.

(...) o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos; o saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível “em si e para si” (BENJAMIN, 1994, p. 202-203).

O autor quer dizer que a informação alia-se com o real, por isso a ausência do fator surpresa na notícia, enquanto a narrativa suscita a imaginação.

(...) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a mesma exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (BENJAMIN, 1994, p. 203).

A informação oferece seu sentido de modo imediato, enquanto que na narrativa temos que reelaborar o significado. A narrativa é passível de ser desdobrada, enquanto a informação se esgota nela mesma. Do modo como o jornalismo informativo opera, ele não seria para Benjamin uma forma literária. É uma forma cultural, mas não parece ter o mesmo valor para ele, por limitar o poder criativo do receptor.

Ao relacionar o estudo de Benjamin com nossa pesquisa, podemos inferir que a objetividade inerente à informação jornalística realmente suprime o fator surpresa para o leitor. A literatura pode ser vinculada ainda à narração aludida por Benjamin, por permitir o poder criativo do receptor. Com as alterações no fazer jornalístico, a partir do modelo capitalista, essa liberdade de criação do leitor se perde, pois o texto substitui o estilo literário pelo jornalístico, com matriz informativa.

Bragatto Filho (1995, p. 14) faz essa relação entre o texto literário e o texto funcional, ou utilitário, no caso do jornalismo, que “pode claramente veicular apenas uma informação (a notícia)”. Os textos literários, ao contrário, “possuem determinadas lacunas ou espaços vagos ou nebulosos que são descobertos e preenchidos pelos leitores” (BRAGATTO FILHO, 1995, p. 15). Por ter mais lacunas, esse texto permite que o leitor participe mais, enquanto o texto jornalístico se esgota nele mesmo, não permite que ecoe.

Como observamos neste capítulo, os escritores exerceram a função de jornalistas por um período relevante da história da imprensa no Brasil. Com a ascensão do modelo capitalista, os jornais se transformaram em empresas e sentiram a necessidade de efetuar mudanças na área, que a partir das alterações de linguagem exigiria uma reconfiguração dos profissionais que nela atuavam. Os literatos perderam espaço e os jornais passaram a utilizar a linguagem informativa, com o foco na notícia. Com isso iniciou a discussão sobre a criação do primeiro curso de Jornalismo no Brasil, objeto do próximo capítulo.

4 A GÊNESE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo vamos abordar a gênese da formação profissional do jornalista. O processo de estruturação industrial das empresas de comunicação, verificado desde meados do século XIX, com ênfase no início do século XX, culmina na necessidade de formação especializada na área, com a exigência de pessoas qualificadas para o exercício profissional. O desenvolvimento técnico rompe com o padrão do homem de letras, tornando imprescindível a atuação do especialista, que domine as técnicas específicas para atuar num jornalismo que apresenta novas necessidades.

Nesta etapa do estudo apresentamos um resgate histórico da formação do jornalista no mundo e do primeiro curso de Jornalismo implantado no Brasil. No caso da gênese da formação especializada no Brasil, tentamos identificar nos documentos estudados alusões aos dois aspectos abordados ao longo deste trabalho de pesquisa: a modernização da imprensa e o compromisso com a formação social inerente ao fazer jornalístico.

Também apresentamos uma discussão sobre a formação teórica ou técnica, presente nos cursos de Jornalismo ao longo do tempo. Entendemos a formação teórica ou filosófica como aquela que permite o exercício reflexivo, desenvolvendo o escritor/jornalista crítico, enquanto o conhecimento técnico dá ênfase às ferramentas necessárias ao exercício da profissão.

Com relação ao tipo de formação preconizada, na gênese do curso de Jornalismo no Brasil encontraremos um paradoxo. Como vimos anteriormente, o avanço capitalista provocou o desenvolvimento dos jornais e a conseqüente necessidade de conhecimentos técnicos para atuar na área. O primeiro curso, no entanto, nasceu vinculado à Faculdade de Filosofia, com destaque para a formação teórica, como veremos em seguida.

4.1 Antecedentes Históricos

As escolas de Jornalismo se multiplicaram a partir do fluxo desenvolvimentista vivenciado desde o pós-guerra, na medida em que a imprensa se renovou e as emissoras de radiodifusão começaram a se proliferar (MELO, 1991). Como demonstra o referido autor, esse quadro é comum em todo o mundo, por isso torna-se relevante efetuar uma breve revisão histórica da formação do jornalista em outros países. Na América Latina, as primeiras iniciativas de implantação do ensino superior na área ocorreram no Brasil e na Argentina, na década de 1940, e na Venezuela, Colômbia, Cuba, Equador, México e Peru nos anos 50.

Nos Estados Unidos, as primeiras escolas de Jornalismo surgiram no início do século XX, nos institutos de Columbia, no Estado do Missouri, e Columbia de Nova Iorque, mas as empresas só começaram a contratar jornalistas formados depois da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Bertrand (2002, p. 320),

Nos anos 90, estima-se que cerca de 85% dos novos contratados pelos jornais são formados em escolas de jornalismo, contra 60% no início dos anos 80. Em virtude do afluxo desses formandos em jornalismo, bem mais da metade do pessoal total das salas de redação se encontra atualmente nessa categoria. Numa pesquisa recente sobre os diários, mais da metade dos redatores de alto nível declarou que era formada em escola de jornalismo. A percentagem é ainda mais elevada entre seus subordinados mais jovens.

Até 2002 havia naquele país cerca de 185 escolas e cursos associados da Associação para o Ensino do Jornalismo e das Comunicações de Massa (AEJMC), que empregavam 2.400 professores. Nos Estados Unidos o sistema de ensino na área é bem diferente do brasileiro – eles mesclam jornalismo e comunicação. Havia no país 80.000 estudantes inscritos em jornalismo, dos quais cerca de um quinto se especializa em imprensa. Os demais atuam em áreas vizinhas da

comunicação, como jornalismo audiovisual, revistas, fotografia, publicidade e relações públicas. “Por esses números, vê-se que os principais programas de jornalismo podem formar até 4.000 jovens profissionais por ano, prontos para um emprego numa sala de redação” (BERTRAND, 2002, p. 323).

Na França, a formação especializada não é obrigatória. Uma lei, de março de 1935, estabelece que, com relação à profissão de jornalista, “não há restrições de idade, de cultura, de diploma e de formação prévia para aceder a ela” (BERTRAND, 2002, p. 329). Isso não significa que não haja escolas de jornalismo, mas elas formam apenas uma pequena parte dos profissionais.

Segundo o referido autor (p. 329), “o jornalista iniciante é obrigatoriamente estagiário. Ele obtém sua carteira de jornalista titular após um ou dois anos, conforme tenha se formado ou não por um curso reconhecido”. A primeira escola de Jornalismo francesa foi criada em 1900, na Escola de Altos Estudos Sociais de Paris.

Já na Inglaterra a Universidade de Londres criou em 1919 cursos de Jornalismo com grande frequência de alunos. Na Alemanha, em Leipzig e Berlim, depois de 1919 foi criado o ensino da “Ciência do Jornalismo” em grau superior (NUZZI, 2000, p. 51).

No Japão é exigido alto nível de especialização aos profissionais de Jornalismo. Os jornalistas devem possuir título universitário e conhecimento de línguas, e os chefes de serviço devem ter doutorado. Para Amaral (1978, p. 187), “tais exigências não constituem exagero algum num país onde o analfabetismo está reduzido a 0,1%, e a instrução obrigatória, que abrangia um período de seis anos (de acordo com a lei de 1872), passou a nove anos após a II Guerra Mundial”.

Amaral aponta ainda a participação das empresas jornalísticas na vida cultural e esportiva do Japão, com o patrocínio de exposições de pintura, concertos, campeonatos, etc.

“Estas promoções, que acontecem com frequência, têm contribuído, cada vez mais, para ampliar o prestígio da própria imprensa” (AMARAL, 1978, p. 187).

4.2 Memória da Criação da Escola de Jornalismo no Brasil

No Brasil, as discussões acerca da criação do curso superior de Jornalismo têm origem no início do século XX, e apresentam íntima relação com a história da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A entidade foi instalada em 1908, sob o signo da controvérsia. A idéia original foi do repórter de *O País*, Gustavo de Lacerda, que sonhava com uma entidade sindical, com o objetivo de defender os interesses dos profissionais de imprensa. Ele preconizava que a classe jornalística se tornasse uma força orientadora da sociedade, com a união de todos que trabalhavam na imprensa, fossem empregados ou proprietários. Nessa “força orientadora da sociedade” podemos vislumbrar, é claro, a discussão acerca da formação da opinião pública.

O paradoxo da união de todos que atuavam na imprensa consiste na realidade da imprensa na época, que já vivenciava a etapa capitalista. “Gustavo de Lacerda, no fim de contas, pretendia desconhecer a divisão da sociedade em classes; no caso, proprietários de jornais de um lado, e, de outro lado, o pessoal da redação” (SODRÉ, 1983, p. 309).

Ao ato de fundação da ABI compareceram apenas oito jornalistas, e a entidade nasceu com caráter assistencialista: os principais objetivos eram oferecer atendimento médico e farmacêutico, criar o Retiro da Imprensa, com enfermaria e residência para idosos e enfermos, e habilitar o pretendente à colocação no jornalismo por meio de títulos de capacidade intelectual e moral, entre outros pontos.

Silveira (1932, p. 31-32) aborda a origem da ABI da seguinte forma:

Em Gustavo de Lacerda exaltou-se o sentimento de solidariedade, e foi elle quem – não se conformando com o fracasso das primeiras tentativas de organização de um club de lidadores da imprensa – venceu a indiferença de uns e a hostilidade de outros, e fundou no dia 7 de abril de 1908, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Imprensa, sob o regimen da lei federal, nº 173, de 10 de setembro de 1893, que naquelle tempo regulava a constituição das sociedades civis.

Já no ato de fundação da ABI é apresentada a proposta de implantar o ensino de Jornalismo no Brasil. Gustavo de Lacerda, primeiro presidente da entidade, propôs em seu discurso “que se criasse uma escola de formação de jornalistas, para que a ‘profissão de redator ocupasse o lugar de relevo que lhe cabia dentre as demais atividades’ e o Jornalismo deixasse de ser – como então ocorria – uma profissão subalterna” (NUZZI, 2000).

Sete anos depois a direção da entidade elabora o projeto do curso, que é aprovado em 1918 no I Congresso Brasileiro dos Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro (Moura, 2002), mas não se materializou.

Nossa maior dificuldade foi localizar as fontes primárias, uma vez que a Biblioteca da ABI não dispõe do documento produzido no Congresso de 1918, e a Fundação Cásper Líbero também não arquivou o projeto do primeiro curso, foco do nosso próximo item. Referências a esses documentos foram encontradas a partir de pesquisa bibliográfica.

Entre as diversas propostas apresentadas no Congresso está a criação do curso superior de Jornalismo, com duração de cinco anos. O documento com as propostas do encontro registra o seguinte:

A fundação de uma Escola de Jornalismo é uma necessidade urgente. Della advirão, para os futuros profissionaes e, quiçá, para os de hoje, benefícios seguros. Realizada ella, alguns pontos do programa do Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas serão opportunamente attendidos, o que se pode prever sem precipitação, consideradas a cultura e a experiência necessárias, adquiridas em cinco annos de Escola e de jornal de applicação. O acurado estudo das matérias do programma que for organizado pela Associação Brasileira de Imprensa e os demais trabalhos executados nas officinas planejadas, habilitarão o futuro jornalista a ser imprescindível na vida da imprensa, porque elle terá idoneidade indispensável e a sua competencia abrangerá todos os serviços do jornal. Para elevar o nível moral da profissão, para manter rigorosa ethica

jornalística, para aproximar os jornalistas entre si e para cuidar esclarecidamente dos problemas da imprensa, será bastante os profissionais que, inteiramente preparados, saírem da Escola depois do seu quinto anno;

II – Que, sem prejuízo da Escola de Jornalismo, que for adoptada, aconselhamos a criação de aulas livres, sob a fiscalização e acquiescencia da Associação Brasileira de Imprensa, das matérias que mais de perto dizem respeito com a pratica da profissão de jornalista (SILVEIRA, 1932, p. 45-46).

Como podemos depreender, a ABI se propunha a organizar a grade curricular do curso de Jornalismo, além de ressaltar a convicção de que a formação garantiria o preparo técnico e ético dos futuros profissionais. Também fica evidente a urgência da criação do curso e a preocupação com a qualidade da formação, que se daria em cinco anos. Na prática, o primeiro curso seria implantado com um período de três anos, enquanto os cursos de Jornalismo atualmente têm duração de quatro anos. Além disso, outra inquietação dos jornalistas da época era com a formação permanente, que podemos inferir a partir da proposta de criação de aulas livres.

De acordo com Nuzzi (2000, p. 20), “a Associação Brasileira de Imprensa transformou essa reivindicação em tema permanente do seu programa de ação”, e sempre tentou despertar o interesse e a boa vontade das autoridades federais no sentido de tornar realidade a criação do Curso Superior de Jornalismo.

A ditadura do Estado Novo contribuiu para o atraso da implantação do ensino de Jornalismo no país, como relata Nuzzi (2000, p. 20-21).

Entre 1935 e 1937, o governador do Distrito Federal do Rio de Janeiro, Doutor Pedro Ernesto, tomou a iniciativa de criar a Universidade do Distrito Federal. Chamou para essa magna tarefa, a figura maior dos educadores brasileiros àquele tempo, o Professor Anísio Teixeira. No plano da nova universidade previa-se o ensino superior de Jornalismo, mediante a criação de “uma cátedra para ministrar conhecimentos sobre esse campo de atividade intelectual”.

Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, o País foi submetido a uma ditadura civil, com o fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e

Câmaras Municipais, a extinção dos partidos políticos e a rigorosa censura à imprensa em geral. Nessa época é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de controle da imprensa e do rádio.

A conjuntura mundial, com a participação da União Soviética na guerra, forçando a suspensão da propaganda anticomunista no Ocidente, possibilitou o combate ao nazi-fascismo e o Estado Novo começou a enfraquecer. A participação brasileira no conflito também contribuiu com o novo clima, facilitando o processo de redemocratização do país. O fim do Estado Novo abriu outro horizonte para a imprensa (SODRÉ, 1983).

O período dá lugar ao aparecimento de grandes corporações, com impérios da comunicação agregando jornais e emissoras de rádio e tv: os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, são o primeiro exemplo. A capacidade de penetração do rádio e da tv, que pelo uso do som e da imagem atingem o público analfabeto, conferem grande poder às empresas de comunicação, poder que se estende à questão educativa, de formação da opinião pública, uma vez que esses veículos poderiam atingir um número maior de pessoas.

É nesse cenário de desenvolvimento da imprensa como indústria que surge o primeiro curso de Jornalismo no Brasil, em São Paulo, em 1947. “A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos” (SODRÉ, 1983, p. 389).

Mesmo assim, em 1938 ocorreu uma renovação das expectativas de criação do curso, quando o Governo Federal publicou o Decreto-lei 910, que dispunha sobre a “duração e condições de trabalho em empresas jornalísticas” e, segundo Nuzzi, cujo artigo 17 rezava:

O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Parágrafo Único – Criadas as escolas de que trata este artigo, a inscrição no registro de profissão Jornalística só se fará para os novos profissionais em face do diploma do curso feito ou exames prestados em tais escolas (NUZZI, 2000, p. 21).

O conteúdo do parágrafo único remete à discussão atual na área, sobre a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista.

No entanto, não foi celebrado acordo entre o Governo Federal e os estaduais e a escola não foi criada. Alguns anos depois, em 1943, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, assinou, na sede da ABI, o decreto-lei 5.480, instituindo o curso de Jornalismo no Brasil. Segundo Nuzzi, o artigo 3º determinava que “o curso de Jornalismo será ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia, com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e de empregadores das empresas jornalísticas” (2000, p. 21).

Ainda não foi dessa vez, no entanto, que ocorreu a implantação do ensino superior de Jornalismo no país, pois o artigo 5º determinava que os cursos somente poderiam ser instalados após a regulamentação do decreto-lei 5.480.

No mesmo ano de 1943, Cásper Líbero registrou em seu testamento a intenção de implantar a formação especializada na área jornalística, por intermédio de uma fundação, o que se efetivou em maio de 1947.

Retomando o que foi afirmado no início deste item, a Associação Brasileira de Imprensa começou a discutir a possibilidade de criação do primeiro curso de Jornalismo no Brasil no começo do século XX, mais especificamente em 1908, quando a entidade foi fundada. Isso revela uma profunda relação com o momento de modernização que vivia a sociedade brasileira, a partir do avanço capitalista e da expansão da industrialização, o que resultou na profissionalização da imprensa.

Com isso, surgiu a exigência de formação para atuar na área jornalística, cujo desenvolvimento técnico-industrial fez necessitar de uma mão-de-obra diferente da que tradicionalmente atuava. Outra observação evidente diz respeito à lentidão do processo para a efetivação do curso, que durou 39 anos.

A despeito do esforço da ABI, o paulista Cásper Líbero foi o idealizador do primeiro curso de Jornalismo efetivamente implantado no Brasil. Ele nasceu em Bragança Paulista, em março de 1889, e aos 20 anos formou-se na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Aos 22 anos, fundou o jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, vespertino caracterizado pela crítica aos bons costumes e à política que atingiu expressiva tiragem. Aos 23 anos criou a primeira agência de notícias de São Paulo, a Agência Americana, que durou cerca de um ano. “Foi, todavia, a pioneira de nossas agências noticiosas, estimulando novas organizações idênticas, outrossim marcando o pioneirismo de Cásper” (PEIXOTO, 1997, p. 43).

Ele também atuou no jornal *O Estado de São Paulo*, e foi diretor do periódico na sucursal do Rio de Janeiro. Em 1918 ele adquire o vespertino *A Gazeta*, em São Paulo, transformando-a numa grande empresa de comunicação. Cásper Líbero modernizou o jornal, com a aquisição de impressora alemã, como relata Peixoto:

Cásper veste-se bem, com bom gosto parisiense, e começa logo a fazer que a Gazeta se apresente bem. É um perfeccionista, quer sempre tudo e tudo pelo melhor, permanentemente numa ânsia de atingir a perfeição, mesmo sabendo-a inatingível. Importa tinta da melhor, escolhe papel entre os que de melhor nos vêm do Exterior. Visando a gravuras mais nítidas, mas agradáveis à vista do leitor, monta clichéria que se faz padrão em nossa imprensa. A velha rotativa – antiquada, reumática, morosa - é substituída pela que vem da Alemanha (PEIXOTO, 1997, p. 46).

Em 1939, ele inaugurou a sede própria do jornal, o Palácio da Imprensa, na antiga Rua da Conceição, atual Avenida Cásper Líbero. É considerado o primeiro prédio construído no Brasil com as condições para o funcionamento de um jornal, incluindo todo o processo, da

redação à impressão. No discurso de inauguração do Palácio da Imprensa, Cásper Líbero afirmou, numa referência à importância da imprensa na formação da opinião pública:

Sempre julguei que a imprensa fosse os olhos da nação. Por ela é que o país acompanha o que lhe passa perto e longe; enxerga o que lhe malfazem; devassa o que lhe ocultam e tramam; colhe o que lhe sonegam e roubam; vela pelo que lhe interessa; e se acautela de todas as ameaças. Um país de imprensa bem organizada é um país de vista segura e clara (PEIXOTO, 1997, p. 105).

Cásper Líbero também idealizou a *Gazeta Esportiva*, inicialmente como encarte semanal da *Gazeta*, em 1928, e a partir de 1947 como diário, e implantou a *Rádio Gazeta* também na década de 1940.

Em 1943, ele registrou no seu testamento, em São Paulo, a iniciativa de criar uma fundação, que seria responsável pela manutenção de uma escola de Jornalismo, o que se concretizou no final da década, em 1947. O curso de Jornalismo foi agregado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mediante convênio entre a Fundação Cásper Líbero e a PUC-SP (MELO, 1991).

No testamento, ele explica as finalidades da fundação, divididas em três pontos: objetivo patriótico, cultural e jornalístico. O primeiro inclui “iniciativas e campanhas por São Paulo, pelo Brasil, pela Justiça, pelos nobres ideais, pela cultura e grandeza de nossa Pátria, servindo-se para isso da Gazeta, do seu auditório, da sua rádio e dos recursos do patrimônio com que a doto” (PEIXOTO, 1997, p. 118).

O segundo objetivo, o cultural, consta da criação e manutenção de uma “Escola de Jornalistas e ensinamentos de Humanidades, particularmente Português, prosa, estilo, literatura, eloquência, História e Filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior”. Cásper Líbero idealizava, ao que parece, trabalhar a formação de

jornalistas desde a educação básica, e não apenas no curso superior, e também demonstra preocupação com o foco filosófico.

O objetivo jornalístico da fundação idealizada por Cásper Líbero era voltado para o desenvolvimento, em todos os níveis, de *A Gazeta*, “mantendo-a como órgão da genuína opinião pública e interesses da Pátria, aparelhada dos inventos e aperfeiçoamentos que o progresso for engendrando, fidelíssima à elevada finalidade da Fundação” (PEIXOTO, 1997, p. 118-119). Aqui mais uma vez verificamos uma alusão à formação social, com cunho ufanista e positivista, tão em voga no Brasil desde o período da Proclamação da República.

A cerimônia inaugural do curso aconteceu em 16 de maio de 1947, no auditório de *A Gazeta*, quando eram comemorados os 41 anos do jornal. No discurso do diretor da Escola de Jornalismo, professor Souza Filho, encontramos alguns indícios sobre a justificativa para a importância da formação especializada na área:

Como se explica que uma individualidade assim empolgante, jornalista improvisado, autodidata na sua profissão, Cásper Líbero sonhasse em fundar uma escola de jornalismo? Não lhe tinha sido o jornal a melhor das escolas? E não seria mais prático se os jornalistas continuassem a aprender nas redações, percorrendo o caminho que leva o recruta a conquistar todos os galões até o generalato da imprensa? *A Gazeta* foi uma dessas escolas, tendo Cásper Líbero à frente, como admirável reitor, que soube preparar equipes de redatores, administradores, mestres de oficinas, impressores, fotógrafos, gravadores, capazes de lhe continuarem a obra. Mas os tempos mudaram muito. Os quarenta anos que decorreram parecem quarenta séculos, tão profundas as transformações do mundo em que vivemos! Hoje, *A Gazeta* funciona neste prédio amplo e luxuoso. Tem inúmeros departamentos. Suas máquinas são ultramodernas. O jornal completou-se no Rádio. E, em lugar da antiga simplicidade, uma organização complexíssima, a reclamar especialistas e técnicos que não mais se improvisam. (...) Esta complexidade de vida, esta aceleração do progresso, imprimem ao jornal novo caráter, exigindo do jornalismo uma universalidade de conhecimentos desnecessária há quarenta anos atrás (NUZZI, 2000, p. 32).

O discurso do diretor do curso revela a evolução dos modos de produção, com a modernização da imprensa, que exige profissionais tecnicamente qualificados. O professor Souza Filho destaca a necessidade da formação especializada, nesse novo panorama de “aceleração do progresso”, que demanda novos conhecimentos.

A partir desse quadro, que tipo de formação esse primeiro curso preconizava, humanista ou técnica? Uma formação que priorizasse as questões filosóficas envolvidas na área ou que preparasse tecnicamente para o mercado de trabalho?

Um indício é a vinculação do curso à Faculdade de Filosofia, e aqui reside um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a realidade do mercado de trabalho exigia qualificação técnica para o exercício profissional, o que inspirou todo o movimento encetado pela Associação Brasileira de Imprensa desde sua fundação, em 1908, o primeiro curso foi subordinado à Faculdade de Filosofia, o que permite inferir que as questões teóricas seriam o cerne do conteúdo da escola de Jornalismo. O discurso do professor Leonardo Van Acker, catedrático da cadeira de Introdução à Filosofia, durante a Aula Magna do curso, nos dá pistas nesse sentido:

(...) Dirigida pelo intelecto culto e disciplinado de Souza Filho, a Escola de Jornalismo de *A Gazeta* – a primeira do gênero no Brasil – não se limitará a proporcionar adestramento técnico. Cuidará com especial carinho da educação cultural dos jornalistas. Não armará conflito entre técnica e cultura, porém, vigilantemente as distinguirá e harmonizará, assinalando cada uma o competente lugar na hierarquia dos valores. Ao homem, a técnica confere valor instrumental ou profissional, mas só a cultura lhe outorga valor final ou propriamente humano. Por isso, a técnica deve subordinar-se à cultura como o meio ao fim e todo predomínio da técnica em detrimento da cultura resulta em prejuízo da própria técnica por causa da solidariedade natural entre fins e meios (VAN ACKER apud NUZZI, 2000, p. 35).

O professor deixa clara a deferência à formação teórica, a que ele se refere como educação cultural. Mais adiante, na mesma Aula Magna, explica o conceito de cultura:

A palavra cultura, tal como foi usada por Cícero e pelo poeta Horácio, não significa o tratamento técnico dos campos das plantas e dos animais, mas sim a “cultura animi”, o aperfeiçoamento do espírito próprio ao homem. Fruto dessa cultura da alma é o humanismo ou a “humanitas”, termo que Aulus Gallius, nas Noites Atiças, dá como a tradição latina legítima da “Paideia” ou educação dos Gregos antigos. “A Paideia” ou educação helênica excluía rigorosamente a técnica e o profissionalismo. Para os gregos antigos, a técnica só proporciona a virtude de eficiência (Tektoniké areté), visando a produção e o aperfeiçoamento de coisas exteriores e instrumentais. Por isso, técnica e profissão constituem a virtude dos homens meramente instrumentais, escravos por natureza ou por pobreza (p. 35-36).

O discurso do professor Leonardo Van Acker também permite uma referência à educação emancipadora do Iluminismo, vinculada à formação filosófica, que possibilita o desenvolvimento do senso crítico. O que vai oportunizar ao homem sair de sua menoridade e fazer uso de seu próprio entendimento, no conceito de Esclarecimento de Kant.

Esse paradoxo entre visão humanista e técnica possui raízes históricas, com a concepção iluminista de um lado e as exigências da modernização do outro. Tradicionalmente, no século XVIII, predominava a visão humanista. Em sua gênese, o discurso iluminista era emancipador – o que foi retomado pela Escola de Frankfurt posteriormente -, e teria sido sufocado por um outro mais pragmático.

Retornando à gênese do curso de Jornalismo no Brasil, o corpo docente do primeiro curso era formado por professores das faculdades de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras da USP, além de consagrados jornalistas de São Paulo. A grade curricular estava organizada em três anos, da seguinte forma:

1ª série:	2ª série:	3ª série:
1 – Português e Literatura	1 – Português e Literatura	1 – Português e Literatura
2 – Francês e Inglês	2 – Sociologia	2 – Psicologia Social
3 – Geografia Humana	3 – Política	3 – Economia Política
4 – História da Civilização	4 – História do Brasil	4 – Noções de Direito
5 – Ética e Legislação de Imprensa	5 – História da Imprensa	5 – Organização e Administração de Jornal
6 – Técnica de Jornalismo	6 – Técnica de Jornalismo	6 – Técnica de Jornalismo
7 – Introdução à Filosofia	7 – História Contemporânea	7 – Estatística

8 – História das Artes		
------------------------	--	--

Além das disciplinas normais era oferecido aperfeiçoamento para os profissionais da imprensa e extensão cultural de nível superior. A partir da grade curricular é possível perceber o reduzido espaço destinado às disciplinas técnicas e a ênfase à formação teórica ou geral. Nesse caso, essa formação geral pode possibilitar o desenvolvimento do senso crítico, com a reflexão sobre a realidade, como observamos em disciplinas como Política, História do Brasil, Economia Política. Foi oferecida apenas uma disciplina de Técnica de Jornalismo a cada ano.

A maioria das matérias tem vinculação com as questões teóricas, como Economia Política, Psicologia Social, Noções de Direito, História do Brasil, História da Imprensa e Filosofia. Também é possível perceber a ligação do jornalismo com a literatura, cujo conteúdo é dividido com a disciplina de Português. A grade curricular é compatível com a proposta do curso, a partir do que verificamos nos discursos dos precursores, mas diverge do que se poderia esperar de um mercado que exigia qualificação técnica para atuar na área jornalística.

4.3 – Formação Humanista x Formação Técnica

A discussão sobre a prioridade à formação filosófica ou às habilidades técnicas permeia a trajetória do curso de Jornalismo no Brasil. Como foi citado anteriormente, os primeiros cursos eram vinculados às faculdades de Filosofia, o que pode justificar a importância da teoria na formação do jornalista.

Essa concepção pedagógica, porém, encontra críticas. Melo é contrário a essa formação teórica, e para ele o curso de Jornalismo nasce em um espaço universitário inadequado.

A finalidade dos cursos de Jornalismo sempre foi a de formar profissionais para atuar na imprensa. (...) Mas não se organizam como unidades eminentemente profissionalizantes, porque assumem o caráter de formação básica que está no cerne das propostas das faculdades de Filosofia. Assim sendo, a preparação para o exercício do Jornalismo se faz quase subsidiariamente, porque a organização curricular adotada privilegia o embasamento humanístico (MELO, 1991, p. 13).

O autor aponta a relevância da formação técnica, com o objetivo de formar os profissionais para atuar na mídia, discussão que divide os profissionais da área, especialmente os educadores. Para Melo, na sua gênese a formação é humanista, ou com preponderância teórica, em consequência da vinculação às faculdades de Filosofia. Esta é a origem da discussão que permeia o curso de Jornalismo ao longo de sua história: a vinculação ao princípio de formação geral para atuação crítico-política na sociedade ou a profissionalização que atenda às demandas técnicas que as inovações na mídia propiciaram.

Segundo Melo (1991), a hegemonia dos conteúdos sobre a prática profissional, ou a preocupação com a formação técnica, propiciou o movimento pela separação dos cursos de Jornalismo das faculdades de Filosofia. O primeiro foi o da Fundação Cásper Líbero, que consegue estruturar-se como escola de Jornalismo, passando depois a Faculdade isolada, mesmo permanecendo vinculado à PUC.

Alguns anos depois são criadas as escolas de Comunicação – com a formação polivalente. As escolas de Comunicação (agregando outras habilitações, como Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) surgiram no Brasil na década de 60, em Brasília e em São Paulo. Em 1963, a Universidade de Brasília implantou a sua Faculdade de Comunicação de Massa, e em 1966 a Universidade de São Paulo criou a Escola de Comunicações Culturais. Hoje esta instituição denomina-se Escola de Comunicação e Arte (ECA).

É importante elucidar a diferença entre jornalismo e comunicação. Esta é mais ampla, e tem o jornalismo como uma de suas áreas, ou habilitações. Os incipientes cursos de Jornalismo

eram dirigidos para este campo específico. Com a implantação dos cursos de Comunicação, a formação ganhou foco polivalente, agregando as citadas áreas de Publicidade e Propaganda, e ainda Relações Públicas. Mais recentemente, algumas instituições oferecem outras habilitações nos cursos de Comunicação, como produção editorial, radialismo (rádio e tv) e cinema.

De acordo com Melo, essa ampliação da área tem origem no Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (CIESPAL), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1964, a entidade propôs o “*Plan Tipo de escuela de Ciencias de la Información Colectiva*”, onde está inserida a concepção de comunicador polivalente, isto é, o profissional apto a exercer quaisquer atividades dentro da indústria cultural.

Para Meditsch (2006), os objetivos do CIESPAL eram mais políticos do que técnicos ou científicos. “Em 1961, já sob o impacto da perda de controle sobre a revolução cubana, que passa para a órbita de influência do grande inimigo, as forças aliadas aos Estados Unidos adotam uma política mais direta de contra-insurgência na América Latina”.

Meditsch classifica a formação polivalente de “crescimento horizontal” da área. “A ciência e a política não têm os mesmos objetivos, e sempre que a razão política prevalece sobre a razão científica na orientação de um campo acadêmico, este tende a se alargar ao invés de se aprofundar” (IBIDEM, p. 6). Para o autor, a ciência se preocupa em aprofundar o seu conhecimento sobre os objetos, o que ele considera um crescimento vertical.

Os setores mais preocupados com a expansão do poder político como forma de afirmação da área acadêmica assumiram a defesa do crescimento para os lados, revivendo a estratégia do CIESPAL. Já os setores que priorizam o aprofundamento do rigor teórico e científico no estudo do objeto – e a conquista de competência tecnológica – como caminhos para esta afirmação, entenderam que a ênfase nas suas especificidades é a mudança de curso necessária para o seu crescimento para cima, livrando-a de algumas gorduras que emperram seus movimentos nessa direção.

Os dois autores Melo e Meditsch, criticam a proposta do CIESPAL por provocar a ruptura entre os estudos teóricos e a realidade. Num mercado especializado, essa formação generalista pulverizaria o conhecimento, e não o aprofundaria em torno de um objeto, no caso o jornalismo. Eles defendem o foco na escola de Jornalismo, não de Comunicação.

Numa perspectiva próxima, Karam (2006) aponta a impossibilidade de o jornalista adquirir um conhecimento enciclopédico. O autor ressalta a velocidade da produção de informação e conhecimento, que dobra a cada quatro anos, e em breve será em dois. “Caberia à escola formar em todas as áreas, se nem mesmo as graduações e pós-graduações em Sociologia, Medicina, Economia ou Antropologia dão conta integralmente de seu próprio saber?” (KARAM, 2006).

Para o referido autor, a grade curricular do curso não deve abandonar aspectos específicos da formação do jornalista.

Um currículo na habilitação Jornalismo, voltado para questões estéticas, éticas, teóricas e técnicas da atividade profissional, também fará uma ponte melhor com os outros campos de conhecimento, pautando melhor, investigando melhor, interpretando melhor, editando melhor e compreendendo melhor (KARAM, 2006).

Enquanto Karam preconiza o equilíbrio entre a formação técnica e teórica, sempre com ênfase no conhecimento específico do Jornalismo, Lage (2001, p. 183) defende que o curso deve constar de 50% de disciplinas técnicas, até 10% com a exposição das teorias da informação e da comunicação e os 40% restantes com “informação ampla, honesta e equânime sobre os fatos e as idéias do nosso tempo, criando as bases de um aprendizado que se estenderá ao longo do exercício profissional e por toda a vida do jornalista”.

Ele justifica a ênfase às disciplinas técnicas com o argumento que, antes de mais nada, o jornalista é quem escreve e edita informações em diferentes meios, “e a competência é algo fundamental para que se possa exercer a profissão com dignidade” (p. 182).

O referido autor também é favorável à formação profissional pós-graduada, “desde que em cursos com extensão equivalente ao mestrado e com mais da metade da carga horária ocupada por disciplinas técnicas” (LAGE, 2001, p. 182).

Enquanto os argumentos de alguns autores voltam-se para a defesa do equilíbrio entre teoria e técnica ou da prevalência da última, por permitir o desenvolvimento das habilidades necessárias ao exercício da profissão, Genro Filho (1987), ao contrário, sugere a criação de uma teoria do jornalismo, propondo uma reflexão sobre o significado político e social da atividade jornalística. O autor situa o jornalismo como fenômeno histórico social concreto e propõe discuti-lo como produto da sociedade burguesa, na perspectiva do materialismo histórico. Ele entende o jornalismo como uma forma de conhecimento do mundo, ao lado das ciências e das artes. Ressalva que os teóricos não se esforçam para propor um diálogo entre a teoria e a prática: “em geral, as teorizações acadêmicas oscilam entre a obviedade dos manuais, que tratam apenas operativamente das técnicas, e as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação” (GENRO FILHO, 1987, p. 13).

Em outras palavras, Genro Filho dispõe-se a transpor a crítica da Escola de Frankfurt, que se limita a enxergar o jornalismo como reflexo da indústria cultural, mas enfatiza o jornalismo desalienador, crítico e pensante, produzido como forma de conhecimento. Para o autor, “a prática, por sua limitação natural, jamais solucionaria a teoria. Ela apenas insiste, através de suas evidências e contradições, que deve ser ouvida. Mas só pode se expressar racionalmente *através* da teoria” (Idem, p. 14).

Esse debate sobre formação humanista x formação para o trabalho pode nos remeter a Gramsci, guardadas as devidas características, já que este autor analisa, na Itália, o correspondente no Brasil aos ensinos fundamental e médio, no intuito de problematizar a reforma educacional que substituía a formação humanista pela técnica. Argumentava Gramsci (1995, p. 109) que esta não permitia aos educandos compreenderem a realidade em que viviam, provocando a manutenção do sistema pelas classes dominantes. “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais”.

O autor preconizava a união da formação humanista com a formação para o trabalho, com a tarefa de equilibrar a habilidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e as capacidades de trabalho intelectual.

Para Gramsci, a escola unitária ou de formação humanista “deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (1995, p. 112).

O argumento de Gramsci é compatível com a discussão colocada na formação do jornalista. Os primeiros cursos, inseridos nas faculdades de Filosofia, voltavam-se à formação humanista, e algum tempo depois o interesse migrou para o enfoque técnico. Até a atualidade o perfil do profissional a ser formado pelas escolas divide opiniões entre professores e teóricos.

Esse debate sobre a formação teórica ou técnica remete ao conteúdo curricular no curso de Jornalismo, e nesse sentido é relevante traçar um breve histórico da trajetória das diretrizes curriculares para a área no Brasil, com base em Moura (2001). Apenas em 1962 (o primeiro curso, como vimos, é de 1947) foi instituído pelo Conselho Federal de Educação (CFE) o primeiro currículo mínimo do curso de Jornalismo, através do parecer nº 323. Nesse período

foram implantados cinco currículos mínimos no país. Os projetos experimentais, que representam a atividade prática efetiva do aluno, surgiram em 1978, isto é, 31 anos após o lançamento do primeiro curso de Jornalismo. O último currículo mínimo estipulado pelo Conselho Federal de Educação é de 1984.

Em 1996 a lei nº 9.394 estabeleceu as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, alterando o sistema de ensino no Brasil. A partir dessa data o MEC indica, através das diretrizes curriculares, as áreas de abrangência dos cursos, ou seja, as questões macro, sem apontar as disciplinas necessárias, o que permite maior liberdade aos cursos. As diretrizes curriculares vão fornecer as bases filosóficas, conceituais, políticas e metodológicas. Em 2001 o MEC homologou as diretrizes curriculares da área de Comunicação Social e suas habilitações, fixadas pela portaria ministerial nº 54/98.

Os profissionais da área de Jornalismo se posicionaram acerca das novas diretrizes curriculares a partir do Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, realizado em abril de 1999, em Campinas, São Paulo. O texto resultante do evento propõe a existência de um Curso Superior de Jornalismo, e não mais como habilitação do curso de Comunicação. Isso demonstra uma tendência discutida na área, o que representaria o retorno à gênese do curso.

Moura (2002) ressalta que os cinco currículos mínimos implantados no Brasil podem ser classificados nas fases: clássico-humanística (até a segunda metade da década de 60), científico-técnica (década de 60), crítico-reflexiva (década de 70), e de crise de identidade (década de 80). A referida autora (p. 239) faz algumas relações entre essas fases e as tendências da literatura sobre currículo:

A fase clássica-humanística está associada a características da tendência circular-consensual, por apresentar um enfoque nas questões humanas; a fase científico-técnica está associada a características da tendência técnico-linear, por apresentar um enfoque nas atividades específicas das áreas profissionais; a fase crítico-reflexiva está associada a características da tendência dinâmico-dialógica, por apresentar um enfoque crítico aos condicionamentos sociais; a fase da crise de identidade está associada ao fato de existir um currículo formal, impedindo novos projetos de curso, com um enfoque humanista ou emancipatório.

Neste capítulo observamos a longa trajetória da criação do curso de jornalismo no Brasil, cuja discussão iniciou em 1908, no ato de fundação da Associação Brasileira de Imprensa, em pleno período de modernização a partir do avanço capitalista, que trouxe mudanças no fazer jornalístico que incluíram a linguagem e o próprio papel de formação social do jornalismo. O primeiro curso, no entanto, se concretizou em 1947, e em seu percurso está presente a discussão acerca da ênfase à formação teórico/filosófica ou técnica.

O curso nasceu na Faculdade de Filosofia, mais tarde tornou-se independente, algum tempo depois, na década de 1960, foi inserido na área da Comunicação Social, e mais atualmente retomou-se a discussão do aprofundamento das questões a partir do curso de Jornalismo, o que é realidade em algumas instituições, como a Universidade Federal de Santa Catarina.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender o surgimento do primeiro curso de Jornalismo no Brasil, inspirados por um debate atual sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, resgatamos o percurso da imprensa em nosso país. A exemplo dos frankfurtianos, que perguntam pelas condições produtoras de determinada situação ou realidade, investigamos as causas fundadoras da necessidade de formação especializada para o exercício da profissão de jornalista. Nesse caminho, buscamos ainda compreender como a imprensa vivenciou o papel de formação social inerente a ela, por se tratar de meio de comunicação de massa, e o tipo de formação preconizada pelos precursores do curso de Jornalismo.

A implantação da imprensa no Brasil aconteceu de forma tardia, quase quatro séculos após a invenção da prensa de impressão pelo alemão Johann Gutenberg. Na mesma Alemanha, o primeiro jornal diário entrou em circulação em meados do século XVII. Segundo Sodré (1983), essa demora deveu-se ao atraso do capitalismo no Brasil.

Em sua primeira fase, a partir de 1808, com a vinda da família real, a imprensa era desenvolvida de modo artesanal e vinculada à Corte, a denominada imprensa áulica. Em etapa posterior, na preparação à Independência, era doutrinária, e logo depois foi marcada pela presença dos escritores nas redações, ainda com matriz opinativa.

A linguagem ali era mais livre, uma vez que ainda não se discutiam características técnicas específicas. Com o desenvolvimento industrial, alavancado pelo avanço capitalista, os jornais começaram a viver uma nova – e significativa – fase. A imprensa artesanal cedeu lugar à empresa.

Nesse entremeio temos os escritores, que ocuparam as redações por um período significativo e vivenciaram as relevantes mudanças no fazer jornalístico. Esse grupo de intelectuais teve que se adaptar às alterações na linguagem, que na visão de muitos embotou o brilho da literatura como arte. Além disso, um novo perfil de público, ávido por informações, pedia uma nova imprensa.

Na sociedade capitalista, o foco opinativo perdeu espaço para a informação, exigindo novas formas de conhecimento para atuar na área. Os tempos mudam, muda a concepção de jornalismo.

Essa discussão sobre a formação especializada, a partir da nova realidade, tem origem no início do século XX, com a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Da concepção da idéia, em plena fase de urbanização, até o nascimento do primeiro curso passaram-se 39 anos.

Um tema que perpassa a história da imprensa e o exercício profissional é o papel social do jornalismo. Com as mudanças nos modos de produção, altera-se também o perfil da imprensa como formadora da opinião pública? Teoricamente, uma imprensa com matriz opinativa seria muito mais transparente nessa tentativa de guiar a opinião pública.

Na sociedade capitalista, porém, em que os interesses comerciais se fazem presentes, essa condução pode parecer mais velada. Para os frankfurtianos, por exemplo, os meios de comunicação no sistema capitalista manipulam a opinião pública, numa atitude antiiluminista que obstaculiza a emancipação.

No entanto, acreditamos na possibilidade libertadora da atividade jornalística, alicerçada na visão emancipatória de alguns autores, como Kotscho (1986, p. 8), que vê o jornalismo como a arte de “informar para transformar” e defende que o profissional de imprensa “tem um compromisso maior com o seu tempo e sua gente”.

Dessa forma, nos alinhamos a Genro Filho (1987), que propõe uma reflexão sobre o significado político e social da atividade jornalística. Ele compreende que o jornalismo não pode ser desvinculado dos interesses da burguesia, uma vez que se desenvolveu na sociedade capitalista, mas não deve se limitar a esse fator.

Outro aspecto que investigamos diz respeito ao tipo de formação oferecida aos futuros profissionais de imprensa. Desde a gênese do curso discute-se o foco na educação humanística ou técnica. O assunto, polêmico, divide profissionais e educadores. As primeiras escolas surgiram vinculadas ao curso de Filosofia, o que justifica a formação teórica em sua gênese. Com o tempo, porém, os cursos tornaram-se independentes, mas logo se transformaram em habilitação de uma área maior, a Comunicação. A discussão atual cogita a possibilidade de retomar o Jornalismo como área específica, mas ainda permanece o debate acerca da ênfase à educação teórica ou prática.

Muitos autores defendem como caminho racional o equilíbrio entre a formação humanista e o domínio da técnica, como discutia Gramsci (1995) na Itália com relação ao correspondente aos ensinos fundamental e médio no Brasil. Ele defendia a união da formação humanista com a formação para o trabalho.

O jornalismo, por sua função social, exige de seus profissionais que conheçam a sociedade onde estão inseridos, com seus padrões éticos, políticos, econômicos. Ao mesmo tempo, os jornalistas não podem prescindir do conhecimento técnico. Como vimos ao abordar a historicidade da imprensa, a formação especializada foi se tornando necessária à medida que a mídia se profissionalizava, a partir do desenvolvimento capitalista.

Essa evolução técnica foi constante, iniciando com inovações na parte gráfica até chegar às novas tecnologias como vivenciamos atualmente, com as empresas totalmente informatizadas. Paralelo a esse citado desenvolvimento técnico, o próprio texto jornalístico sofreu modificações, o que também se traduz na necessidade de conhecimentos específicos. As mudanças provocaram o surgimento de um novo público, a partir do aumento da velocidade das informações, como vimos ao abordar a urbanização do Rio de Janeiro, período denominado “Regeneração”, no início do século XX.

Mesmo diante desse quadro, de exigência de conhecimento técnico em uma área que desempenha uma inegável função social, ressaltamos a relevância da formação filosófica, por compreender que ela vai permitir o desenvolvimento da criticidade no profissional de jornalismo. Em outras palavras, a universidade crítica deve ser superior à universidade técnica. Em defesa do sujeito emancipado, autônomo, com capacidade de julgar e decidir conscientemente. O jornalista com essa formação terá mais condições de exercer o caráter positivo do papel de formação social da imprensa, produzindo nos indivíduos a sua autonomia, oferecendo os instrumentos pelos quais eles possam formar sua opinião e exercer sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, Theodor. **Résumé sobre a Indústria Cultural**. Disponível em adorno.planeta.clix.pt/adorno17.htm. Acesso em 10/09/2006.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AMARAL, Luiz. **Jornalismo – Matéria de Primeira Página**. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: Brasília, INL, 1978.

ARNT, Hérís. **Jornalismo e ficção:** as narrativas do cotidiano. Disponível em www.uerj.br/~fcs/contemporanea/n3/artigoheris03.htm. Acesso em 10/03/2006.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica:** História da imprensa brasileira. 4ª edição revista e aumentada. São Paulo: Ática Editora, 1990.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha.** Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

BELTRÃO, Luiz. **Introdução à Filosofia do Jornalismo.** 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Com-Arte, 1992 (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 5).

_____. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

_____. **Jornalismo Interpretativo:** Filosofia e técnica. 2ª edição, Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia –** Sistemas de Responsabilização da Mídia. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna:** Representação da História em Walter Benjamin. 2ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BRAGATO FILHO, Paulo. **Pela leitura literária na escola de 1º grau.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900.** 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Editora Herder, 1969.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados –** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Gustavo de. **A palavra compartilhada**. In: Castro, Gustavo de; Galeno, Alex

(Organizadores). **Jornalismo e Literatura – A sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914 – No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus, 1986.

EMERY, Edwin. **História da Imprensa nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FENAJ. **Em defesa da profissão de jornalista!** Nota oficial da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Brasília, 2001. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/diploma/defesa.htm>. Acesso em 29/01/2006.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **O jornalismo na lógica do capital: mediação ou prestação de serviço?** Disponível em <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/virginiafonseca2004.doc>. Acesso em 04/09/2006.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **A cultura clerical e a folia popular**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010. Acesso em 29/10/2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin – Os cacos da história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. 2ª edição.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O nascimento do jornalismo moderno – Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística**. Disponível em www.intercom.org.br. Acesso em 13 de janeiro de 2006.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta que é "Esclarecimento"**. In: Textos Seletos. Edição bilíngüe. Petrópolis: Vozes, 1985.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A formação dos jornalistas, o currículo das escolas e os erros de jovens e antigos jornalistas**. Disponível em www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/artigos.html. Acesso em 26 de novembro de 2006.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin – O marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. 2ª edição. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo**. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em 26 de fevereiro de 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Revolta da vacina**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MENEZES, Fagundes de. **Jornalismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1997.

MELO, José Marques de. **Comunicação e Modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MATOS, Olgária C.F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

MORAIS, Gabriela Weber de. **Livro-reportagem: amalhando experiências para contar uma história**. Disponível em www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/midiaimpresa.htm. Acesso em 10 de junho de 2006.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

NUZZI, Erasmo de Freitas. **História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero**.

Edição Comemorativa do Cinquentenário. 2ª edição. 2000.

OLINTO, Antônio. **Jornalismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

PEIXOTO, Silveira. **Cásper – Pioneiro na Imprensa**. São Paulo: Edição da Fundação Cásper Líbero, 1997.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1978.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Disponível em www.narua.org/manifesto.htm. Acesso em 3 de junho de 2006.

RIO, João do. **O momento literário**. Disponível em www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 6 de junho de 2006.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. **Experiências pioneiras de Machado de Assis sobre o jornal**, 2002. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis.

SCHILLING, Voltaire. **O Iluminismo**. Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/iluminismo2.htm>. Acesso em 29/10/2006.

SCLIAR, Moacyr. **Jornalismo e Literatura: A fértil convivência**. In: Castro, Gustavo de; Galeno, Alex (Organizadores). **Jornalismo e Literatura – A sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, H. Pereira da. **Lima Barreto – Escritor maldito**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981. Coleção Retratos do Brasil.

SILVEIRA, Dyonisio. **Revolução contra a imprensa**. Cataguazes, MG: Spínola e Fusco Editores, 1932. 197p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SUZINA, Ana Cristina. **As Redes sociais de comunicação e o agendamento temático positivo**. Disponível em <http://www.eca.usp.br/alaic/material%20congresso%202002/congBolívia2002/>. Acesso em 13 de outubro de 2006.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)